

**UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E**  
**HUMANAS**

**IDEOLOGIAS NOS DISCURSOS SOBRE A**  
**PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

**JOÃO NUNES DE ALMEIDA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM ENSINO DO**  
**PORTUGUÊS COMO LÍNGUA SEGUNDA E**  
**ESTRANGEIRA**

**Março 2011**

Aos meus pais:  
Júlio e Gabriela.

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA PARA CUMPRIMENTO  
DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS À OBTENÇÃO DO  
GRAU DE MESTRE EM ENSINO DO PORTUGUÊS  
COMO LÍNGUA SEGUNDA E ESTRANGEIRA,  
REALIZADA SOB A ORIENTAÇÃO CIENTÍFICA DE  
LUÍS MANUEL BERNARDO**

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao professor Luís Manuel Bernardo por me ter orientado a minha dissertação de mestrado. As suas aulas de Textualidade e Educação foram indispensáveis para que eu chegasse ao final da dissertação.

Agradeço à Paula, minha irmã, pelo arranjo gráfico e também à Sofia, a minha outra irmã, pela ajuda no resumo.

Finalmente agradeço à Inês, por debater ideologias comigo.

# IDEOLOGIAS NOS DISCURSOS SOBRE A PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

## RESUMO

JOÃO NUNES DE ALMEIDA

Esta dissertação é sobre ideologias nos discursos sobre a promoção da língua portuguesa. Inicialmente, foram propostas três hipóteses:

1. Há uma relação entre a promoção da língua portuguesa e uma ideologia de teor nacionalista;
2. É necessário projectar uma comunidade imaginada, a lusofonia, para legitimar a promoção da língua portuguesa;
3. A promoção da língua portuguesa é sustentada por uma ideologia nacionalista que omite as línguas das sociedades onde ela é promovida.

Para a confirmação ou refutação das hipóteses, recorreu-se ao método da análise de conteúdo que consistiu em:

- Elaboração de um *corpus* de artigos de jornais de 2009 sobre a promoção da língua portuguesa;
- Elaboração de uma grelha categorial.

No final da análise, todas as hipóteses foram confirmadas.

De forma a contextualizar a análise de conteúdo, no primeiro capítulo da primeira parte, problematizou-se o conceito de ideologia e a sua relação com as línguas. No segundo capítulo, salientou-se a importância do nacionalismo e das comunidades imaginadas, nomeadamente a nação e a lusofonia, para a formação das ideologias de língua. No terceiro capítulo, abordou-se o fenómeno imperialismo linguístico, pondo em questão a possibilidade de se falar de imperialismo linguístico no exemplo específico da língua portuguesa.

**Palavras-chave:** nacionalismo, língua portuguesa, ideologia, imperialismo linguístico, discursos, lusofonia

# IDEOLOGIAS NOS DISCURSOS SOBRE A PROMOÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA

## ABSTRACT

JOÃO NUNES DE ALMEIDA

This dissertation is about ideologies found in discourses that promote the Portuguese Language. Primarily, it was proposed three hypotheses:

1. There is an association between the promotion of the Portuguese language and a nationalist ideology;
2. To legitimate the promotion of the Portuguese Language it is necessary to project an imagined community – the *lusofonia*;
3. The promotion of the Portuguese language is supported by a nationalist ideology that omits the languages of the societies where it is promoted.

To corroborate or to refute these hypotheses, it was used a method of content analysis that consisted in:

- Elaboration of a 2009 newspaper's article *corpus* on the promotion of the Portuguese language;
- Creation of a categorical table.

Once the analysis was completed, the three hypotheses were confirmed.

With regards to the content analysis, in the first chapter of the first part it was questioned the concept of *ideology* and its relation with the languages.

The importance of nationalism and imagined communities, namely the nation and the *lusofonia*, in the formation of language ideologies was emphasized in the second chapter.

In the third chapter, it was discussed a phenomenon called “*linguistic imperialism*”, by questioning the possibility of referring to “*linguistic imperialism*” in the specific case of the Portuguese language.

**Keywords:** nacionalism, Portuguese language, ideology, Linguistic Imperialism, discourses, lusofonia.

## ÍNDICE GERAL

	PÁG.
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. CONTEXTO TEÓRICO .....</b>	<b>3</b>
<b>2.1. IDEOLOGIA.....</b>	<b>3</b>
2.2. NACIONALISMO E COMUNIDADES IMAGINADAS.....	9
2.3. IMPERIALISMO LINGUÍSTICO.....	16
<b>3. HIPÓTESES .....</b>	<b>22</b>
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>24</b>
<b>5. ANÁLISE DE CONTEÚDO.....</b>	<b>35</b>
5.1. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS .....	35
5.2. INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS: CONFIRMAÇÃO OU REFUTAÇÃO DAS HIPÓTESES	42
<b>6. CONCLUSÃO .....</b>	<b>46</b>
<b>7. BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>48</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Ainda na licenciatura tive a oportunidade de me deparar com as contradições que envolvem a manutenção e a promoção de línguas em países onde essas mesmas línguas são sinal de coesão, progresso e desenvolvimento das nações. Durante esse período, na obra marcante mas controversa de Ngugi Wa Thiongo, *Decolonizing the Mind*, li uma pequena lembrança do período colonial que exemplifica bem a exclusão inerente ao ensino de línguas quando não se consegue falar correctamente a língua do poder:

*“I remember one boy in my class of 1954 who had distinctions in all subjects except English, which he had failed. He was made to fail the entire exam. He went on to become a turn boy in a bus company. I who had only passes but a credit in English got a place at the Alliance High School, one of the most elitist institutions for Africans in colonial Kenya.”*(Thiong’o, 1987, p.12)

Como esclarece a memória de Ngugi, uma das formas de se efectuar a exclusão social e de atribuir poder à instrumentalização das línguas consiste, precisamente, em isolá-las da realidade dos falantes, desvalorizando as capacidades extra-linguísticas e linguísticas daqueles que não consigam dominar as línguas de poder. Trata-se, pois, de muito simplesmente manter e preservar a língua, enquanto entidade ontológica, de modo a personificá-la até que ela seja uma Língua entre outras Línguas – a língua passa a existir independentemente de quem a fala, tornando-se finalmente numa abstracção que não necessita de correspondência com o uso das línguas (Pennycook, 2005, p.66). Conservando a cisão entre os falantes e a sua língua, o discurso científico da linguística estruturalista teria um papel fundamental na formação do mito das línguas. Paul Ricoeur num ensaio intitulado *Linguagem como Discurso* refere a divisão saussuriana entre *langue* e *parole* como uma das fontes que criaram a possibilidade de se pensar em línguas independentemente do discurso produzido pelos falantes (Ricoeur, 2009, pp.11-40). Segundo Ricoeur, os efeitos da concentração excessiva do estudo da linguística na língua e não na *parole* (o uso da língua), levou a que se pensasse a língua como um sistema autónomo, auto-suficiente. É claro que, ao se desvalorizar o uso da língua, é-se obrigado a concluir que “*as línguas não falam, só as pessoas*” (Ricoeur, 2009, p.26).

Ora, do desfasamento provocado pela separação da língua do seu uso, abre-se espaço para a inevitável apropriação ideológica das línguas entendidas como entidades



descontínuas dos seus falantes. Foi graças à compreensão das línguas enquanto sistemas independentes que se tornou possível ligá-las a discursos baseados no culto das nações (Pennycook, 2005, p.65). Uma das reflexões mais importantes de *Comunidades Imaginadas* e de *A questão do Nacionalismo* reside na ênfase dada às línguas de poder na criação e manutenção da narrativa nacionalista.

É, então, que a análise de conteúdo e a respectiva grelha categorial servirão para, no plano discursivo, enquadrar a problemática das ideologias de língua nos discursos sobre a promoção da língua portuguesa. Neste sentido, deve ser salientado uma característica fundamental desta dissertação uma vez que o *corpus* recolhido para a análise de conteúdo é constituído por artigos de jornais. Ora, foram os jornais os grandes difusores da mensagem da comunidade imaginada nação, gerando, segundo Anderson, a ideia de identidade nacional (questão que será explorada no capítulo das comunidades imaginadas) que, como se verá, permite a construção ideológica das línguas nacionais.

As hipóteses levantadas têm, portanto, na sua base, o problema da separação entre a língua e o uso de língua, as temáticas do nacionalismo e da sua leitura a partir do conceito de comunidade imaginada e a apropriação e construção ideológica a partir das línguas.

Por último, os resultados que a análise de conteúdo revelará inserem-se no primeiro objectivo de uma investigação que se pretende estender para um maior aprofundamento da análise do discurso. Na verdade, a análise de conteúdo teria que ser o primeiro passo de um tal projecto pois consegue capturar, através de padrões e frequências, um sentido para um largo conjunto de textos, assim como é capaz de expor a retórica subjacente aos discursos sobre a promoção da língua portuguesa.

## 2. CONTEXTO TEÓRICO

### 2.1. IDEOLOGIA E IDEOLOGIAS DE LÍNGUA

Frequentemente o uso da palavra ideologia assume uma conotação negativa. Usada para criticar discursos que tendem a manipular a realidade a favor de quem os profere, não é por acaso que a ideologia suporta uma tal carga negativa. A concepção negativa da palavra remonta à derrota de Waterloo, quando Napoleão a acusou de ser considerada uma *metafísica nebulosa*, causadora do malogro francês (McLellan, 1987, p.21). Mas na origem francesa do próprio conceito, cunhado aproximadamente há duzentos anos, a ideologia era vista como uma noção positiva e progressista (McLellan, 1987, p.21). Como se verá, a oscilação entre uma conotação positiva ou negativa é essencial para o entendimento da ideologia.

Com efeito, a ideologia surge pela primeira vez no período imediatamente a seguir ao da Revolução Francesa, sendo criada por Antoine Destutt de Tracy, em 1797 (McLellan, 1987, pp.20-21). De Tracy fazia parte do Instituto de França, um órgão que tinha o intuito de espalhar as ideias do Iluminismo. Ideologia era, então, considerada como uma *ciência das ideias* que viria a ser o suporte de todas as outras ciências (McLellan, 1987, p.20). O que estava em causa era o estudo da origem das ideias que derivavam das sensações físicas. O projecto da ciência das ideias consistia no seguinte:

*“Uma investigação racional da origem das ideias, liberta de todo o preconceito religioso ou metafísico, seria a base para uma sociedade justa e feliz. Pois que a investigação das ideias individuais mostraria a sua origem comum nas necessidades e desejos universais do homem.”* (McLellan, 1987, p.20)

É importante referir que Napoleão apoiara inicialmente o Instituto de França, porém, assim que celebrou a Concordata com a Igreja, aliada ao seu galopante despotismo (McLellan, 1987, p.20), deu-se inevitavelmente a ruptura com os ideólogos, levando ao repúdio da ideologia em Waterloo, enquanto *ciência das ideias* ou *metafísica nebulosa*.

Paralelamente à concepção de ideologia de Destutt de Tracy, o romantismo alemão veio propor uma leitura diferente para o estudo das ideias, rejeitando a interpretação da realidade física e social através da razão. Para os românticos, são as ideias que constroem a realidade, valorizando-se assim o carácter subjectivo, individual

e não absoluto da realidade. Hegel trabalhará sobre as premissas românticas acima mencionadas, valorizando o processo histórico acima do processo individual, na medida em que só assim se poderia perceber o sentido das ideias uma vez que, se se atentar apenas nas ideias individuais, permanecer-se-á preso a uma construção da realidade (McLellan, 1987, p.22).

É na esteira da filosofia de Hegel que aparecerá Karl Marx enquanto o teórico incontornável do século XIX no que diz respeito à noção de ideologia. De resto, a tradição marxista monopolizou durante a primeira metade do século XX todo o debate em torno da ideologia. Marx adotará a ideologia no sentido negativo do termo bem como toda a tradição marxista da escola de Francoforte, variando somente os termos que se opõem à ideologia. Mas na origem da crítica negativa marxista está também a influência de Feuerbach.

Paul Ricoeur em *Ideologia e Utopia* salienta que é em Feuerbach que Marx descobre o modelo teórico para a ideologia. Para Marx, a religião é um exemplo fidedigno da distorção sob a forma de inversão (Ricoeur, 1991, p.70), sendo esta a primeira função atribuída à ideologia numa óptica marxista, demonstrada por Marx no seu exemplo famoso da imagem invertida de uma máquina fotográfica (Ricoeur, 1991, p.70). Tecendo a crítica à ideologia geradora de distorções invertidas, Marx está directamente na esteira de Feuerbach:

*“No cristianismo, diz Feuerbach, sujeito e predicado são revertidos. Muito embora os seres humanos sejam na realidade sujeitos que projectaram no divino os seus próprios atributos (os seus próprios predicados humanos), o divino é apreendido pelos seres humanos como um sujeito do qual nos tornamos o predicado. (...) O paradigma tipicamente feuerbachiano da inversão envolve assim uma permutação de sujeito e predicado, de sujeito humano e predicado divino, que resulta na substituição de um sujeito divino com predicados humanos por um sujeito humano. Seguindo Feuerbach, Marx assume que a religião é o paradigma, o primeiro exemplo primitivo, de semelhante reflexo invertido da realidade que vira tudo ao contrário.”* (Ricoeur, 1991, p.70-71)

Marx, ao tomar o mecanismo da inversão da ideologia, irá estendê-lo a todos os domínios das ideias. A crítica à religião, enquanto ideologia, passa a ser o paradigma

para toda a crítica das ideologias. E é neste sentido que se estabelece a oposição entre ideologia e realidade no primeiro Marx, antes do *Capital*.

A expansão da crítica marxista atinge a filosofia idealista, passando a criticá-la como uma outra forma de ideologia. Assim, Marx vai transferir o mecanismo da inversão da religião para a filosofia idealista, acabando por criticar o que se entende em filosofia por idealismo alemão (Ricoeur, 1991, p.71). Regressando à oposição entre ideologia e realidade, fica claro que a filosofia idealista também obscurece o processo da vida real (Ricoeur, 1991, p.72). A realidade é para o jovem Marx (anterior ao do *Capital*) entendida como *praxis*:

*“As pessoas fazem coisas e depois imaginam aquilo que estão a fazer numa espécie de reino nebuloso. Assim, dizemos primeiro que há uma realidade social em que as pessoas lutam para ganhar a vida, etc., e esta é a realidade real, como praxis. Esta realidade é então representada no céu das ideias, mas é falsamente representada como tendo um significado autónomo em relação a este reino, como fazendo sentido com base em coisas que podem ser pensadas e não apenas feitas ou vividas.”* (Ricoeur, 1991, p.72)

Ora, a oposição entre a realidade, enquanto *praxis*, e a ideologia, enquanto inversão da realidade, ilustra bem o método reducionista utilizado por Marx para criticar as ideologias. O método consiste em efectuar a redução das ideias distorcidas ao materialismo da realidade, insistindo doravante na materialidade da *praxis* como antecessora das ideias (Ricoeur, 1991, p.72). Em Marx aparece, assim, a denúncia da ideologia enquanto uma ideia ou um conjunto de ideias que constroem uma realidade ilusória. Porém, está-se ainda na primeira fase do pensamento de Marx onde a realidade ainda não foi substituída pela *ciência* que criticará igualmente a ideologia.

É na construção do marxismo enquanto sistema e doutrina filosófica, mais concretamente no *Capital*, que a ciência se vai opor à ideologia. Para que se possa conhecer directamente a realidade sem interferências ideológicas, é necessário dar uso ao conhecimento científico, no qual, segundo a doutrina marxista, o *Capital* aparece como o paradigma científico da crítica da ideologia (Ricoeur, 1991, p.73). Nesta linha de pensamento, incluem-se os teóricos marxistas Louis Althusser, da escola estruturalista, e Adorno, Horkheimer e Habermas da escola de Francoforte (Ricoeur, 1991, p.72). Dado o limitado espaço desta dissertação, não se poderá descrever o

desenvolvimento que sofreu o conceito de ideologia nestas escolas; efectivamente, muito haveria a dizer. A extensão do tema ultrapassa, de longe, os limites e os objectivos da tese. Importa, sim, criar um contexto para o conceito de ideologia e, posteriormente, criticar as próprias oposições efectuadas pelo marxismo, segundo uma conotação positiva para a ideologia defendida por Paul Ricoeur.

De acordo com o que ficou dito sobre ideologia, pode resumir-se a estrutura da ideologia em dois ramos. O conceito de ideologia deriva de uma tradição francesa e de uma tradição alemã.

Na tradição francesa, a verdade é concebida como uma relação com a realidade que a observação e a razão deveriam tornar evidente a todas as pessoas de *boa vontade*, através da aplicação de métodos às ciências sociais não totalmente diferentes dos que são eficazes nas ciências naturais.

Na tradição germânica a verdade assenta na sua construção e não na sua observação (Mclellan, 1987, pp.24-25).

Resta agora levantar a questão latente a toda a construção teórica em torno da ideologia. Muito sucintamente, esse problema é colocado por aquilo a que se denomina por paradoxo de Mannheim. Até que ponto é que a realidade oposta a ideologia e a ciência oposta a ideologia não são também ideologia: “*Falamos de ideologia, mas o nosso discurso é já por si apanhado na ideologia*” (Ricoeur, 1991, p292). O paradoxo de Mannheim vem sublinhar o *auto-envolvimento* dos teóricos da ideologia nas suas próprias teorias, elevando o problema da ideologia à inevitável universalização de que tudo é ideológico (Ricoeur, 1991, p292). Dificilmente se sairá do paradoxo senão se proceder à revisão do quadro das oposições defendidas pelo marxismo.

O primeiro passo para afrontar o paradoxo de Mannheim será o de reabilitar o conceito de ideologia, partindo de uma perspectiva menos negativa do conceito. Segundo Paul Ricoeur, é graças à ideologia que se reconhece a estrutura simbólica da vida social (Ricoeur, 1991, p75). Apesar de se caracterizar pela distorção, a ideologia é a maneira pela qual conseguimos interpretar os acontecimentos. A ideologia cria as condições para que a realidade seja compreensível (Ricoeur, 1991, p.75). Voltando ao paradoxo de Mannheim, Paul Ricoeur vai focar-se precisamente na oposição entre realidade, enquanto praxis, e a ideologia, enquanto distorção, argumentando que, afinal, a oposição entre ambas deduz uma *conexão*:

“ *Se a realidade social não tivesse já uma dimensão social e, consequentemente, se a ideologia, num sentido menos polémico ou menos negativamente avaliativo, não fosse constitutiva da existência social mas fosse apenas distorciva e dissimuladora, então o processo de distorção não poderia ter início. O processo de distorção está enxertado numa função simbólica. Só pelo facto de a estrutura da vida social humana já ser simbólica é que pode ser distorcida. Se não fosse simbólica desde o início, não poderia ser distorcida. A possibilidade de distorção é uma possibilidade aberta apenas por esta função.*” (Ricoeur, 1991, pp.78-79)

Tomar-se-á ao longo da tese o conceito de ideologia segundo a visão de Ricoeur acima descrita – a de que a conexão entre realidade e ideologia salienta uma inter-dependência entre ambas. Ideologia não tem que ser, portanto, negativamente conotada visto que faz parte do modo como se constrói e se integra a *vida social* (Ricoeur, 1991, pp.81-82). No que diz respeito à temática central da tese, as ideologias nos discursos sobre a promoção da língua portuguesa, contextualizar-se-á de seguida como a língua, considerada enquanto entidade ontológica (a língua dissociada do uso dos falantes), é também ela susceptível de *construir a realidade*. A construção da realidade acontece quando as ideologias se apropriam da língua para se propagarem em massa (Blommaert, 2009. p.241).

Mais adiante, no capítulo correspondente ao nacionalismo e às comunidades imaginadas, será reflectido com mais pormenor os suportes de onde emanaram e emanam as ideologias de língua; mas adiantar-se-á já aqui que o *capitalismo de imprensa*, ou seja, a difusão em larga escala de livros, jornais, panfletos, entre outros suportes físicos, sustentados por um modelo económico específico, o capitalismo, permitiu a massificação das ideologias de língua.

O resultado mais evidente do papel do capitalismo de imprensa na massificação das ideologias é que ele possibilitou, de facto, o advento das línguas ditas *nacionais* (Blommaert, 2009, p.242). Contudo, paralelamente ao fenómeno histórico da imprensa, os falantes das línguas são aptos a construir concepções para as línguas, distinguindo-as em diferentes hierarquias (Blommaert, 2009, pp.239-240). Ora, as concepções de língua mais não são do que construções ideológicas dos falantes que reflectem conflitos ideológicos e, por consequência, conflitos sociais (Blommaert, 2009, p.242). As concepções são, por conseguinte, focos de poder e de autoridade onde entram em conflito várias oposições entre línguas. As oposições mais

recorrentes são visíveis nas denominações de língua vs. dialecto; língua oficial vs. línguas *nativas*; língua universal vs. língua local (Blommaert, 2009, p.242)

Com o surgimento do nacionalismo europeu, como se verá no capítulo Nacionalismo e Comunidades Imaginadas, as línguas europeias foram fundamentais para sustentar a ideologia nacionalista, sendo consideradas um factor de identidade nacional e de uniformização das diversas identidades em jogo nas sociedades europeias. Mas para que se chegasse à ideologia monoglota do nacionalismo foi necessário dissociar a língua do uso real dos falantes, de modo a que se efectuasse a *distorção* inerente ao mecanismo da ideologia (Blommaert, 2009, pp.242-243). Duas conclusões podem, assim, ser extraídas da relação entre a língua e a ideologia nacionalista: a emergência e a expansão da língua nacional são processos ideológicos e que, por esse motivo, prescrevem uma identidade específica – a construção daquilo a que vulgarmente se chama identidade nacional:

*“The most common and powerful ethnolinguistic identity promulgated by the state is that of ‘monolingual speaker of (one of) the national language(s),’ assuming that people are intrinsically monolingual and that such monolingualism is an organic feature of being a citizen of that country”* (Blommaert, 2009, p.244)

O que aparentemente se revela inócuo, por ser uma característica normal dos falantes a formulação de concepções de língua anteriores ao uso da língua (Blommaert, 2009, pp.239-240), mostra que, no caso da identidade nacional, os falantes acabam por lhe estar submetidos sob a fórmula *uma língua, um povo, um país*. Uma tal ideologia monoglota só pode ser emanada do estado-nação que controla os seus cidadãos através da sua identidade *prescritiva* (Blommaert, 2009, p.244).

Nesse sentido, o que a ideologia acima mencionada deduz é que, apesar de as ideologias serem o meio pelo qual se interpreta simbolicamente a realidade, elas não deixam por isso de trazer consequências para o mundo real. A ideologia nacionalista, de cariz monoglota, afecta a realidade dos cidadãos do estado-nação, exigindo uma determinada identidade baseada num critério linguístico – a língua nacional e oficial. É nos efeitos que se verifica, portanto, as diferenças entre as ideologias, e neste caso concreto, a diferença entre ideologias que incluem o uso da língua dos falantes e ideologias que têm em conta apenas as línguas, independentemente do discurso dos seus falantes. Assim, a distinção das ideologias, através da avaliação dos seus efeitos

nefastos ou benignos, evita o risco de uma desresponsabilização para com eventuais ideologias totalitárias.

## 2.2. NACIONALISMO E COMUNIDADES IMAGINADAS

*“Enganar-se na história faz parte de ser uma nação”*  
Renan

Quando se faz uma referência explícita à língua portuguesa nos discursos sobre a sua promoção não se pode prescindir de a situar no vastíssimo ramo do nacionalismo. Uma abordagem, ainda que bastante reduzida deste problema ajuda a contextualizar e a clarificar o que está explícito e implícito nos discursos reunidos no *corpus* para análise. Muito resumidamente, tentar-se-á mostrar e evidenciar a relação que existe entre a promoção das línguas e o fenómeno do nacionalismo. Dois termos chave serão fundamentais para enquadrar este tema: o de nação e o de comunidade imaginada. O desenvolvimento do tema que se propõe aqui deve bastante às leituras das obras *A Questão do Nacionalismo e Comunidades Imaginadas*.

Essencialmente, a explanação que terá lugar servirá para elucidar e servir de referência às concepções que os falantes das línguas têm quando projectam num plano imaginário as expectativas que têm das línguas que falam. Há assim uma relação directa entre as concepções projectar e ser, contidas na grelha categorial, e a exposição teórica do nacionalismo.

Com efeito, qualquer discussão em torno de conceitos como nação ou comunidade imaginada tem sempre que pesar o papel preponderante que a projecção e a imaginação assumem para si mesmos. Na linha de Benedict Anderson definir-se-á nação como uma comunidade imaginada. Mas antes disso convém situar o fenómeno nacionalista e, na esteira de Hobsbawm, salientar um dos traços característicos do nacionalismo e que, resumidamente, consiste na dessacralização do termo, situando-o no início da história europeia contemporânea. Realizando esta operação, ressurgem o carácter subjectivista e ideológico do termo. O termo nação, no sentido moderno, que se pode situar na Revolução Francesa e que veio sofrendo alterações significativas quanto ao seu significado ao longo dos tempos, serviu propósitos políticos concretos mas que, no fundo, não deixou de ser um conceito de índole subjectivista. A nação até está



bastante próxima do campo semântico da religião, como de resto se verificará pelas reflexões de Anderson e, desde já, com Hobsbawm ao citar Gellner:

*“As nações enquanto modo natural, dádiva de Deus, de classificar os homens, enquanto destino político inerente (...) são um mito; o nacionalismo, que por vezes pega em culturas já existentes e as transforma em nações, muitas vezes inventa-as e, frequentemente, apaga culturas: isso é uma realidade.”* (Hobsbawm, 1998, p.14)

Mas apesar de ser um mito, aquilo que *encarna* a nação e, por consequência, lhe dá a objectividade que não tem por ela própria, é o estado territorial moderno. A junção dos dois conceitos deu origem ao estado-nação moderno e, segundo Hobsbawm, não se poderá falar de nação sem o referir, embora salientando sempre o carácter ideológico do nacionalismo: *“Não são as nações que criam Estados e nacionalismos, mas sim o contrário.”* (Hobsbawm, 1998, pp.13-14)

A nação é, então, uma comunidade política imaginada, justificando-se como imaginada na medida em que, nas palavras de Benedict Anderson, entre os membros da mesma nação *existe a imagem da sua comunhão* (Anderson, 2005, p.25), embora os membros não se conheçam na sua grande maioria uns aos outros. Dentro ainda da projecção imaginária, a nação caracteriza-se por ser limitada e soberana: imaginando-se os contornos físicos da nação sempre em contraste com as fronteiras de outras nações (podendo-se transferir os limites territoriais para a realidade sob a forma de um estado territorial), não havendo, segundo Anderson, a possibilidade de considerar uma nação segundo os limites da própria humanidade (Anderson, 2005, p.26). Nesse sentido, a nação é limitada. Quanto à soberania da nação, ela, como se verá mais à frente, marca a clivagem do pensamento que ocorreu no Iluminismo e, por consequência, na Revolução Francesa: é nesta época que a religião é fortemente abalada, no sentido em que as nações apenas se emancipam, enquanto comunidade imaginada, por via não da religião mas da soberania garantida pelo estado. O que deriva da ascensão da nação, enquanto comunidade imaginada e soberana, relaciona-se com a queda da pretensão ontológica, outrora garantida pela religião universal, e com o abalo provocado pelo Iluminismo (Anderson, 2005, p.27). Finalmente, o que se imagina no molde acima descrito – a nação limitada e soberana – vai repercutir-se sob a forma de uma comunidade idealizada graças à possível *agregação horizontal*:

*“A nação é imaginada como uma comunidade porque, independentemente da desigualdade e da exploração reais que possam prevalecer em cada uma das nações, é*

*sempre concebida como uma agremiação horizontal e profunda. Em última análise, é essa fraternidade que torna possível que, nos últimos dois séculos, tantos milhões de pessoas, não tanto matassem, mas quisessem morrer por imaginários tão limitados.*” (Anderson, 2005, p.27)

Se a noção de comunidade imaginada, fornecida em *Comunidades Imaginadas*, evidencia o lado preconcebido da nação, deve agora fazer-se jus aos vários factores que permitem e sustentam toda a narrativa nacionalista. Dentre eles, a língua será particularmente abordada uma vez que é a partir dela que se estabelece a comunicação entre a problemática nacionalista e o tema da presente investigação. Retomando a crítica de Hobsbawm e de Anderson relativamente ao mito que representa as nações como entidades reais e milenares, tanto um como outro defendem que um dos pilares do mito consistiu em atribuir a uma língua características singulares que circunscrevessem a língua de poder a um território coincidente com um *povo* de características homogéneas. Daqui, dimana a identidade prescritiva do nacionalismo que corresponde à já referida tríade uma língua, uma nação, um povo. Assim, as línguas afiguram-se igualmente as construtoras da narrativa nacionalista.

No entanto, o processo em que os vernáculos vieram contribuir decisivamente para a construção da ideia de nação corresponde, na perspectiva de Anderson, à modernidade operada pelo advento do nacionalismo. A verdade é que, antes da ruptura causada pela modernidade, outras concepções da língua dominavam nas sociedades. O peso da religião naquilo a que Anderson chama *o tempo dinástico* influenciou totalmente as concepções das línguas anteriores ao surgimento do nacionalismo. As línguas estavam imbuídas de um carácter divino que era alimentado por comunidades imaginadas de forro religioso cujo cristianismo é disso exemplo. A coesão de um cristianismo universal até ao século XVI era garantida pela sacralização do latim (Anderson, 2005, pp.34-36). Em grande medida, Anderson sustenta que a não arbitrariedade do signo era decisiva para a sacralização do latim:

*“Os ideogramas do chinês, do latim ou do árabe seriam emanções da realidade e não representações da mesma aleatoriamente fabricadas (...) Não há aqui qualquer ideia de um mundo tão separado da linguagem que todas as línguas sejam signos equidistantes (e, portanto, intermutáveis) para o mesmo. Efectivamente, a realidade ontológica só é apreensível por meio de um sistema de representação único e*

*privilegiado: as línguas da verdade, como o latim eclesiástico (...).*” (Anderson, 2005, p.36).

Anderson aponta mais à frente as duas grandes causas para a queda da comunidade imaginada cristã do ponto de vista das línguas: a exploração do mundo não ocidental e o aparecimento da imprensa e, por conseguinte, o capitalismo de imprensa, relativizaram o latim quer pela percepção de outras línguas sagradas quer pela edição crescente de livros em *vernáculos* (Anderson, 2005, pp.36-37). Na verdade, a importância que o capitalismo de imprensa assumiu para a formação das línguas *nacionais* e das identidades nacionais tem toda a sua razão de ser.

O capitalismo de imprensa representa fortemente, segundo Anderson, a mudança do reino dinástico para o início da modernidade. Nesta fase, expor-se-á o que se entende por Reino Dinástico e as concepções de tempo que ele impôs e que o definem. Posteriormente, a ruptura dessas mesmas concepções pelo capitalismo de imprensa possibilitará o nacionalismo.

Como as próprias palavras indicam, *reino dinástico* remete imediatamente para o campo da monarquia. A razão pela qual ainda não tinham aparecido comunidades imaginadas em torno de línguas nacionais no reino dinástico prende-se com o facto de o exercício do poder dar-se num centro político que se legitimava pela religião. Segundo Anderson, a justificação divina para o exercício do poder possibilitava o controlo sobre populações com culturas e línguas diferentes, algo que dificilmente poderia acontecer sem sobressaltos na modernidade, devido à exigência das nações em formarem a identidade nacional com base numa população predominantemente homogénea. Assim que a monarquia sagrada começou a perder a sua legitimidade, atingindo na Europa ocidental o seu grande declínio após a Revolução Francesa em 1789, as monarquias, segundo Anderson, conservaram-se através da sucessão da primogenitura legal e, sobretudo, na tentativa de se preservarem pela absorção de uma identidade nacional (Anderson, 2005, pp.42-43).

Acompanhando todo o processo do reino dinástico e consequentemente o da formação das nações, as diferentes apreensões de tempo entre os dois processos surgem como uma das reflexões produzidas em *Comunidades Imaginadas* que melhor procura responder às causas que levaram à formação de nações (Anderson, 2005, p.43). Com efeito, antes do advento do nacionalismo, Anderson defende que as comunidades imaginadas sagradas, das quais o cristianismo fazia parte, induziam uma ideia de

simultaneidade temporal. No campo textual, de onde Benedict Anderson sustenta a sua reflexão, o tempo simultâneo corresponde a um tempo onde não se distinguem acontecimentos passados totalmente opostos aos do presente, isto é, “(...) *uma concepção da temporalidade na qual a cosmologia e a história eram indistinguíveis, na qual as origens do mundo e dos homens eram essencialmente idênticas.*” (Anderson, 2005, p.56) Não havia, portanto, a ideia da história como um desenrolar de acontecimentos ligados a um sistema de causas e efeitos (Anderson, 2005, p.44).

Porém, é na oposição entre a simultaneidade acima mencionada e a simultaneidade suscitada pelo capitalismo de imprensa, que a reflexão de Anderson se torna relevante. No século XVIII, os jornais e os romances vão ser os grandes representantes da mudança do paradigma temporal, lançando as bases para a formação de novas comunidades imaginadas – as nações. Acrescente-se ainda que foram os jornais e os romances que promoveram os vernáculos, permitindo a correspondência e a criação de uma identidade comum entre falantes de uma mesma língua. Deduz-se deste fenómeno a importância gradual que os jornais terão para a formação, nas palavras de Anderson, de um *tempo vazio e homogéneo*:

*“A ideia de um organismo sociológico que se move ao ritmo do calendário através de um tempo vazio e homogéneo é precisamente análoga à ideia da nação, também concebida como uma comunidade sólida que percorre a História de modo continuado.”* (Anderson, 2005, p.47)

Ora, o que os jornais e os romances iniciaram com a formação de um novo paradigma temporal é bem explícito na lenta queda de uma comunidade imaginada cristã em contraste com a ascensão de um novo tipo de comunidade imaginada, a nação (Anderson, 2005, p.106). Segundo Anderson, foram os vernáculos, promovidos pelo capitalismo de imprensa, que retiraram o poder das línguas de carácter divino, nomeadamente o latim, e que se lançaram para um mesmo plano ontológico das línguas sagradas. Se os vernáculos europeus começaram a ter a sua importância enquanto marcos de uma identidade nacional tal foi possível graças ao nascimento da filologia. Não se deve esquecer obviamente a importância das universidades e das escolas na formação do nacionalismo.

O surgimento das gramáticas e dos dicionários servirão para a formalização das línguas nacionais. Hobsbawm, como se verá mais adiante, refere um *nacionalismo filológico* impulsionador das línguas nacionais. Inevitavelmente, segundo Anderson,

também o estudo das línguas sagradas contribuiu para que elas perdessem o seu estatuto perante as semelhanças encontradas com outras línguas consideradas menos sagradas, os vernáculos (Anderson, 2005, p.106). Assim, pode-se afirmar que a ascensão dos vernáculos promovidos pelo capitalismo de imprensa incentivou a formação da consciência nacional (Anderson, 2005, p.66). A comunidade imaginária reinante em torno de uma língua sagrada assistiu, portanto, ao seu lento declínio pelos seguintes motivos:

*“Aquilo que, pela positiva, tornou as novas comunidades imagináveis [as nações] foi a interacção semicasual, embora explosiva, entre um sistema de produção e relações de produção (o capitalismo), uma tecnologia de comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana.”* (Anderson, 2005, p.71)

Também em a *Questão do Nacionalismo*, Hobsbawm reconhece a vertente imaginária descrita em as *Comunidades Imaginárias* e, tentando desmistificar o aproveitamento político dos fenómenos linguísticos, vai tecer uma crítica à artificialidade e omissão histórica que consistiu em fazer das línguas critérios identitários de pertença a uma nação (Hobsbawm, 1998, pp.51-55). Bastante relevante na crítica é a distinção clara entre os vernáculos, as línguas oficiais e as línguas nacionais. Relativamente às últimas, Hobsbawm considera-as como *construções semiartificiais*:

*“As línguas nacionais são então quase sempre construções semiartificiais e, ocasionalmente, como o hebraico moderno, completamente inventadas. São o oposto do que a mitologia nacionalista supunha que fossem, nomeadamente as bases primordiais da cultura nacional e as matrizes do espírito nacional. São geralmente tentativas para separar um idioma uniformizado de uma multiplicidade de idiomas realmente falados, que são, conseqüentemente despromovidos a dialectos (...)”* (Hobsbawm, 1998, p.53)

Da suposta ligação entre as línguas e o rótulo que lhes é imposto como *nacionais*, emergem todo o tipo de invenções e preconceitos, uns mais violentos do que outros.

O desrespeito pelo que os outros falam *realmente*, argumenta Hobsbawm, tem origem no poder político que foi instituído e legitimado através da sua língua de poder que coincide propositadamente com a língua nacional (Hobsbawm, 1998, pp.58-59). Assim, muitas das línguas nacionais foram impostas às sociedades pelo motivo da língua do poder ser a língua da administração real, nos casos das monarquias

(Hobsbawm, 1998, p.54). Sustentando teoricamente a *semiartificialidade* das línguas nacionais, o nacionalismo filológico vai enquadrar, sem dúvida, ideais de pureza linguística, onde, por exemplo, a tradução de termos de outras línguas é enfatizada para *preservar* a língua de influências externas, isto é, de neologismos (Hobsbawm, 1998, pp.54-55). Não se pode, portanto, senão considerar argumentos de ideologia nacionalista aqueles que tendem a fundar a relação entre a língua nacional e o *povo*.

Na verdade, foi sempre evidente que língua e *povo* não coincidiam, dada a situação frequente das sociedades europeias não terem na língua imposta como nacional a sua identidade colectiva (Hobsbawm, 1998, p.56). O esforço violento e nacionalista consistiu precisamente no menosprezo das variedades linguísticas, remetendo-as para a categoria discriminatória de dialectos quando não serviam os interesses das elites nacionalistas dentro do território delimitado pela nação (Anderson, 2005, p.73).

Nesse sentido e na linha do que se tem vindo a afirmar, o capitalismo de imprensa teve um papel decisivo na hegemonização linguística das sociedades e na formação daquilo a que Benedict Anderson chama a *consciência nacional*. Se o capitalismo de imprensa, entendido como um conjunto de actividades económicas ligadas à imprensa, fomentou a ideia de nação, tal se ficou a dever ao impulso da imprensa para a uniformização linguística das línguas de poder, doravante aptas a serem as *línguas nacionais* (Anderson, 2005, p.70). Mais do que línguas de poder elas teriam que ser línguas de imprensa que pudessem ser “(...) *reproduzidas mecanicamente e passíveis de se disseminarem por todo o mercado*.” (Anderson, 2005, p.71) Segundo Anderson, foram três os factores decisivos das línguas de imprensa para a formação da consciência nacional.

O primeiro factor prende-se com o facto de se ter passado de um registo oral dos vernáculos para um registo escrito através da imprensa, permitindo uma maior identificação pela língua escrita de falantes de dialectos que possuíam uma matriz comum, por exemplo, no francês ou no inglês oficiais, mas que seria difícil a encontrar através da oralidade (Anderson, 2005, p.72). Deste modo, a leitura permitia a comunicação entre milhões de pessoas que até então se julgava terem pouco em comum:

“*Esses companheiros de leitura, aos quais estavam ligados pela imprensa, formavam, na sua invisibilidade visível, secular e particular, o embrião da comunidade imaginada em termos nacionais.*” (Anderson, 2005, p.72)

O segundo factor remete para a fixação dos vernáculos implicada na imprensa. Este processo fez com que fosse criada a imagem de antiguidade necessária às línguas nacionais de modo a sustentarem a ideia de que a nação não é uma construção ideológica recente mas uma entidade política bastante antiga, dado o seu carácter normativo e estanque (Anderson, 2005, p.72). Assim, de acordo com Anderson, as línguas de imprensa difundidas a partir do século XVI ficaram mais estáveis e fixas a mudanças do que antes do aparecimento do capitalismo de imprensa (Anderson, 2005, pp.72-73). Por último, o capitalismo de imprensa possibilitou a ascensão de novas línguas de poder. Por consequência, os dialectos mais afastados da língua de poder, isto é, da língua de imprensa, foram remetidos para segundo lugar por não representarem a nação pois apenas a língua nacional, difundida na imprensa, o fazia (Anderson, 2005, p.73).

No capítulo seguinte, será posto em relevo o papel das línguas de poder numa perspectiva imperialista, onde a promoção da língua já não se circunscreve aos limites do estado-nação mas antes serve de instrumento privilegiado para a efectivação do poder imperial.

### **2.3. IMPERIALISMO LINGUÍSTICO**

A obra *Linguistic Imperialism* servirá, em boa parte, de pano de fundo do quadro teórico da presente dissertação. O tratamento teórico relativo à promoção da língua portuguesa teria necessariamente que se guiar pela leitura de tal obra devido às questões fulcrais que são levantadas relativamente aos motivos políticos e económicos subjacentes à promoção das línguas europeias. Centrando-se sobretudo na promoção do inglês, Robert Phillipson desnuda toda uma actuação política que visa promover o inglês, não levando em consideração as consequências negativas nas sociedades onde ele é promovido. Mas essa problemática suscita acima de tudo uma questão fundamental para a investigação aqui levada a cabo: poderá falar-se de imperialismo linguístico quando se promove o português?

Antes de se avançar para uma melhor indagação da problemática, há que fazer jus à extensão da área de estudo, tanto do imperialismo como da língua e da relação privilegiada entre os dois. Assim foi abordado muito liminarmente o objecto desta parte teórica relativa ao imperialismo linguístico. No entanto, não deixará de ter o seu propósito na criação de um contexto mínimo para a análise de discursos sobre a

promoção da língua portuguesa, e de auxiliar, por sua vez, à identificação de ideologias em tais discursos.

Servindo de mote ao tema do imperialismo linguístico, convém ter a noção de que o imperialismo linguístico não ocorre isoladamente mas em conjunto com outras *forças*. Robert Phillipson sugere que a promoção de uma língua não pode ser realizada sem um certo contexto:

*“The present distribution throughout the world of the major international languages – Arabic, Chinese, English, French, Russian, and Spanish is evidence of conquest and occupation, followed by adoption of the invader’s language because of the benefits that accrue to speakers of the language when dominant language has been imposed. Language spread invariably occurs in conjunction with forces such as religion or trade, which are seen by some as extra-linguistic, but the significance of language as a tool for unification has long been recognized.”* (Phillipson, 1992, p.31)

Facilmente se conclui a partir do excerto que a língua é um factor que contribui para a manutenção de estruturas de poder como a estrutura do império. De facto, a língua tem um papel decisivo na manutenção e no estabelecimento do poder devido à associação entre a língua do colonizador imposta e a estrutura governamental que traz benefícios a quem a fala. Ora, neste ponto está a falar-se claramente das situações colonial e pós-colonial e de como a língua dá continuidade às estruturas do poder que, embora possam ter sofrido algumas alterações com o estabelecimento das independências, mantêm o domínio sobre quem não domina a língua do colonizador.

Para que se possa relacionar a promoção da língua com o fenómeno do imperialismo urge primeiramente tentar descortinar a dinâmica e a importância do imperialismo para as línguas. De acordo com Phillipson o imperialismo pressupõe uma ordem económica e um *papel missionário* (Phillipson, 1992, p.44) que se basearam anteriormente na exploração explícita de ideais eurocêntricos. Porém, segundo Phillipson, o que suscita algum interesse na teoria do imperialismo, para além do primado da exploração económica de territórios de grandes proporções, reside na dimensão política, social e ideológica do imperialismo (Phillipson, 1992, p.46).

É segundo uma perspectiva mais alargada de imperialismo que Phillipson introduz a noção de imperialismo linguístico (Phillipson, 1992, p.46). Afirmando que a língua também está inserida no conjunto de categorias de desigualdade, como a nacionalidade, a raça, a classe, o género e o rendimento, Phillipson refere que, para se



estabelecer uma relação entre o imperialismo linguístico e a desigualdade, é primordial atentar na retórica e na legitimação do discurso do ensino de línguas (no caso específico da obra, o inglês). O ensino de línguas representa assim um dos elos de ligação privilegiados entre a promoção das línguas e o imperialismo, ajudando, desde já, à aproximação de uma definição para o imperialismo linguístico:

*A working definition of English linguistic imperialism is that the dominance of English is asserted and maintained by the establishment and continuous reconstitution of structural and cultural inequalities between English and other languages. Here structural refers broadly to material properties (for example, institutions, financial allocations) and cultural to immaterial or ideological properties (for example, attitudes, pedagogic principles).* (Phillipson, 1992, p.47)

A definição dada para o imperialismo linguístico inglês retém o essencial do fenómeno. A língua promovida contribui decisivamente para a manutenção de desigualdades quer ao nível estrutural quer ao nível cultural. O que interessa focar na definição são, sobretudo, as desigualdades que correspondem às propriedades imateriais e ideológicas do imperialismo linguístico, na medida em que remetem directamente para as ideologias nos discursos sobre a promoção das línguas. Um dos maiores processos ideológicos apontados nesta obra reside precisamente na crença de que a estrutura está separada da cultura, isto é, de acordo com a definição acima proposta, os bens materiais não têm qualquer relação com ideologia, atitudes e valores (Phillipson, 1992, p.67). Muito sucintamente, o ensino de línguas não tem qualquer relação com as esferas sociais, políticas ou económicas. O processo ideológico acima descrito, no momento em que atinge o consenso político, possibilita a *exportação* das línguas como um produto estandardizado sem que se averigüem as desigualdades ao nível de recursos materiais e imateriais das culturas e línguas locais (Phillipson, 1992, p.67). O problema que é aqui colocado tem que ver com o intercâmbio desigual entre centro e periferia, isto é, entre o centro imperial e a periferia desfavorecida (Phillipson, 1992, p.57). Ainda no âmbito do ensino, é possível detectar um paradigma de imperialismo linguístico sempre que o centro fornece professores e materiais enquanto a periferia *disponibiliza* apenas os alunos (Phillipson, 1992, p.57). E é na raiz desta relação de dependência que se sustenta afinal grande parte da ideologia imperialista, mesmo que, de acordo com a ideologia em acção, se utilizem processos ideológicos para impor apenas uma concepção filantrópica

das relações entre o centro e a periferia, ficando camuflada a dependência entre a periferia e o centro imperial (Phillipson, 1992 pp.57-58).

Enunciada a dependência assimétrica entre o centro que promove a sua língua e a periferia que a aceita, urge apresentar um termo bastante mencionado em *Linguistic Imperialism* que, no fundo, retrata esta situação, cunhando uma denominação para os processos ideológicos que se baseiam na desigualdade social provocada pela língua promovida. Se se tomar em conta o facto de a língua ser, como já foi referido acima, factor de desigualdade, a par da raça ou do género, o que implica que seja também fonte de distribuição desigual do poder e dos recursos, está-se perante um caso de *linguicismo*:

*“Linguicism may be in operation simultaneously with sexism, racism, or classism, but linguicism refers exclusively to ideologies and structures where language is the means for effecting or maintaining an unequal allocation of power and resources” (...)* Linguicism is a set of practices and beliefs which represent an attempt by those involved in language matters to give signification to a complex segment of reality, which itself meshes with political, ideological, and other factors” (Phillipson, 1992, pp.55-56).

Considerando, então, nos discursos sobre a promoção de línguas este conjunto de práticas que aqui são denominadas por *linguicismo*, pode-se afirmar que a hierarquização entre línguas dominantes e línguas dominadas tende a ser legitimada. Segundo Robert Phillipson, ao atribuir-se recursos e qualidades à língua dominante com o objectivo de promover a inclusão social em oposição às línguas dominadas, tornadas instrumentos de exclusão social pela carestia de recursos e qualidades a ela associadas, constrói-se toda uma argumentação baseada nas já mencionadas dicotomias discriminatórias (Phillipson, 1992, p.55): língua/dialecto; língua franca/ vernáculo são, portanto, exemplos de opostos que tendem a valorizar a língua dominante. Consequentemente, assim que o discurso *linguicista* é legitimado pelo poder político, os efeitos na população são sentidos, por exemplo, na escolarização das populações das periferias, disfarçada de *ajuda educacional*:

*“The widespread evidence of linguicism in educational aid is unambiguous, and can only be interpreted as harmful to the vast majority of the population in the Periphery and to their languages. Education systems in underdeveloped countries*

*which follow a western model, like their western counterparts, qualify the few and disqualify the many.*” (Phillipson, 1992, p.261)

Mal o discurso *linguicista* adquire a sua legitimidade através do consenso político, verifica-se, de seguida, que as suas ideias e planos são transformados em orçamentos e instituições que promovem a língua poderosa, por lhe serem facultados recursos materiais e imateriais em detrimento das outras línguas com menos poder (Phillipson, 1992, p.124).

Todo este processo terá consequências concretas nas sociedades *periféricas*, nomeadamente na estigmatização e menosprezo das línguas locais, que, por conseguinte, favorecerá ainda mais a divisão desigual dos recursos e do poder entre línguas dominantes e línguas dominadas (Phillipson, 1992, p.55). Neste sentido, é nos falantes que o *linguicismo* vai incidir os seus efeitos, originando desigualdades e exclusão social por via da língua (Phillipson, 1992, p.53). Todavia, é importante notar que o *linguicismo* não corresponde obrigatoriamente ao imperialismo linguístico. Só se estabelece a correspondência entre um e outro se o *linguicismo* for apoiado e estruturado por um império que explora, a partir dos seus diversos agentes (professores, por exemplo), uma sociedade periférica em benefício de um centro imperial (Phillipson, 1992, p.55). Contudo, Phillipson, ao longo da sua obra, relembra frequentemente que os agentes que trabalham para uma estrutura neo-colonial nem sempre se apercebem dos interesses imperialistas que podem estar subjacentes ao seu trabalho (Phillipson, 1992, p.70). Por precisamente o *linguicismo* ser uma prática ideológica dominante, torna-se mais difícil detectá-lo:

*“There is a risk of the latent effects of ELT, like those of any other activity in the Periphery, not being immediately obvious, and of the dominant ideology making us blind to structural realities.”*(Phillipson, 1992, p.71)

Para uma melhor compreensão do problema no seu todo, é, então, sugerido na obra um caminho alternativo para interpretar a *ideologia dominante* que, neste caso, se aplica à promoção do Inglês. Partindo do pressuposto de que poderá não haver o total entendimento crítico do fenómeno do imperialismo linguístico pelos professores e pelas próprias sociedades envolvidas no processo, é posto em relevo o termo hegemonia em vez do de ideologia. Mais do que uma ideologia poderosa que legitima determinadas práticas, a hegemonia é entendida como construtora da própria realidade em termos absolutos, impondo modos de vida e de pensamento que se consideram os únicos

plausíveis (Phillipson, 1992, p.70). Acentua também o facto de a hegemonia não requerer uma manipulação ou plano prévio de poderes políticos e económicos para fazer vingar os seus interesses. Em certa medida, não há conflitos ideológicos visto que, se se encarar o *linguicismo* como uma prática hegemónica, ele é considerado um processo normal das sociedades periféricas, fazendo parte da única *realidade* possível e, por isso mesmo, inquestionável. A experimentação da realidade confirma reciprocamente o conjunto de valores, ideias e sentidos hegemónicos (Phillipson, 1992, p.72). É por esta razão que a crítica do imperialismo linguístico é difícil de se efectuar pelos membros das sociedades nele envolvidas (Phillipson, 1992, p.72). Robert Phillipson expõe claramente o mecanismo da hegemonia numa sua citação:

*“Hegemony sees ‘the relations of domination and subordination, in their forms as practical consciousness, as in effect a saturation of the whole process of living – not only of political and economic activity, nor only of manifest social activity, but of the whole substance of lived identities and relationships, to such a depth that the pressures and limits of what can ultimately be seen as a specific economic, political, and cultural system seem to most of us the pressures and limits of simple experience and common sense’ (Williams, 1977, p.110)”* ( Phillipson, 1992, p.73).

Embora a discussão em torno dos dois termos seja relevante, por considerar o problema do imperialismo linguístico sob vários pontos de vista, permanece ainda assim um problema de fundo que deve agora ser focado. Phillipson, no artigo *Language Policy and Linguistic Imperialism*, alerta para a crescente dificuldade em encontrar responsáveis para a desigualdade causada pelo *linguicismo* nos moldes habituais. Em boa parte, defende Phillipson, a responsabilidade de políticas de língua *linguicistas* já não é isomórfica, isto é, tornou-se mais ambíguo descortinar um centro imperial concentrado num estado-nação de onde dimanam tal tipo de políticas (Phillipson, 2009, p.348). Basta pensarmos nas comunidades imaginadas (das quais a lusofonia é uma delas) que englobam vários estados-nações e prescrevem uma identidade através de uma língua oficial comum. É nesse sentido que importa recuperar a pergunta inicial: é a promoção do português uma forma de imperialismo linguístico? A resposta a esta questão deve então ser enquadrada na problemática da lusofonia enquanto comunidade imaginada que envolve vários estados-nações. Encarando a ambiguidade relevada por Phillipson no ensaio referido, fica claro que, sem desresponsabilizar a participação do estado português na comunidade imaginada da lusofonia, não será certamente o único

responsável por políticas *linguicistas* que possam advir da promoção do português. No entanto, não cabe nesta dissertação averiguar, num plano sociológico, as responsabilidades de políticas *linguicistas*, mas tão-somente contextualizar o melhor possível os discursos sobre a promoção da língua portuguesa, reconhecendo neles ou não referências de imperialismo linguístico na ideologia nacionalista colocada em hipótese.

Porém, a importância de confirmar ou refutar no plano discursivo a presença de uma ideologia nacionalista de cariz imperialista não deixa de ser sintomática do papel fulcral que os discursos (e as línguas) desempenham no exercício do poder. É nesta ordem de ideias que Phillipson esclarece o quão importante é a língua de poder para efectivar o domínio imperial.

### 3. HIPÓTESES

As hipóteses levantadas neste trabalho foram propostas antes de se efectuar a recolha e a análise do *corpus* jornalístico. Procedeu-se dessa maneira por se tratar de um trabalho hermenêutico, em oposição a um trabalho empírico: o que importa não é constatar apenas o que está escrito nos diversos artigos do *corpus*, mas evidenciar determinadas categorias mais marcantes do que outras, visando a confirmação ou a refutação das hipóteses sugeridas. Como ponto de partida da pré-análise, estabeleceram-se, então, as seguintes hipóteses:

1. Nos discursos sobre a promoção da língua portuguesa, identifica-se uma determinada ideologia dominante:
  - . Há uma relação entre a promoção da língua portuguesa e uma ideologia de teor nacionalista;
2. É necessário projectar uma comunidade imaginada, a lusofonia, para legitimar a promoção da língua portuguesa;
3. A promoção da língua portuguesa é sustentada por uma ideologia nacionalista que omite as línguas das sociedades onde ela é promovida.

Relativamente à primeira hipótese, ela colocou-se no âmbito da leitura prévia de *Linguistic Imperialism*. Nessa obra, Robert Phillipson defende uma continuidade entre o

imperialismo, enquanto fenómeno político, e a expansão das línguas. Ambos os fenómenos, conforme é demonstrado ao longo do livro, são concomitantes. Embora muito da obra se deva à realidade anglo-saxónica, no que diz respeito à promoção do inglês, o autor pretende claramente formular o problema numa perspectiva mais lata, ao introduzir capítulos, o nono por exemplo, que oferecem quadros conceptuais que permitem a sua expansão para outras realidades.

*Linguistic Imperialism* salienta também o carácter hegemónico dos discursos sobre a promoção das línguas europeias, onde se estabelece um consenso geral na sociedade quanto à importância de se promoverem línguas. Toda a obra vai reagir criticamente a essa ideologia dominante, mostrando as desigualdades sociais que são geradas pela promoção das línguas, sobretudo, nas ex-colónias. Foi neste sentido que se colocou a primeira hipótese geral.

Redireccionando o problema levantado em *Linguistic Imperialism* para os discursos sobre a promoção da língua portuguesa, pretende-se com a seguinte hipótese identificar, se possível, e confirmar a existência de uma ideologia hegemónica subjacente a tais discursos. Nela é problematizada uma reciprocidade que consiste na apropriação nacionalista da língua portuguesa. A obra clássica que vem abordar e sustentar teoricamente esta questão é *A Questão do Nacionalismo* de Eric Hobsbawm. Ao longo de *A questão do Nacionalismo*, Hobsbawm salienta o papel das línguas na formação das nacionalidades, e o papel das nacionalidades na formação daquilo a que hoje vulgarmente chamamos, por exemplo, língua *portuguesa* ou língua *inglesa*. Deste modo, estabelece-se uma relação de dependência entre a língua e a nação, entendida aqui como comunidade imaginada.

Contrariamente ao que poderia ser um caminho de hipóteses na apropriação ideológica da língua dos falantes por outras comunidades imaginadas, nomeadamente pela do império, escolheu-se a nação pelo facto da comunidade imaginada, que serve o propósito imperialista, ser também posta em análise como suporte da ideologia nacionalista.

Com efeito, a segunda hipótese é a de que a lusofonia, enquanto comunidade imaginada, é projectada para legitimar a promoção da língua portuguesa. Levando em consideração a primeira hipótese e o que foi dito sobre os efeitos nefastos da promoção das línguas, fica claro que a projecção da lusofonia permite, como de resto toda a comunidade imaginada, o nivelamento horizontal de toda a sociedade que se identifique

com ela. Ao projectar-se tal comunidade, os conflitos existentes entre os indivíduos que nela se vêem representados são postos de parte, como se sucede no caso do nacionalismo aquando se advoga o *interesse nacional*. Ora, quando se projecta a lusofonia, acaba-se por legitimar a promoção da língua portuguesa sem a sua devida problematização, uma vez que o desígnio de tal comunidade imaginada consiste precisamente na difusão da língua portuguesa, implicando a quem a ela se identifica, uma adesão que não toma em consideração os conflitos que possam surgir na comunidade em questão, isto é, nos problemas sociais causados pela difusão da língua portuguesa. A terceira hipótese, a promoção da língua portuguesa é sustentada por uma ideologia que omite as línguas das populações onde ela é promovida, prende-se com o que foi dito acima, na medida em que tem como objectivo a confirmação da parcialidade com que a promoção da língua portuguesa é realizada no plano ideológico. Linguistic Imperialism acentua particularmente o conflito entre as línguas. Na verdade, o autor alerta para o facto de as línguas estarem sempre em contacto, sendo completamente falacioso considerá-las descontínuas de processos sociais e políticos. É por esta via crítica que se pretende refutar ou confirmar a terceira hipótese no *corpus* recolhido.

#### **4. METODOLOGIA**

Para um trabalho que se pretende rigoroso e que esteja dirigido para a interpretação das mensagens da comunicação de massas, a análise de conteúdo é um instrumento que oferece vantagens e rigor para a interpretação dos textos seleccionados pelo analista. A escolha deste tipo de metodologia, como arranque de uma investigação mais extensa, incidiu sobretudo no seu carácter sistemático e objectivo, abrindo espaço para a interpretação macrotextual, que conduzirá à confirmação ou refutação das hipóteses propostas. A obra, que orientou toda a análise realizada em torno dos discursos sobre a promoção da língua portuguesa, foi a de Laurence Bardin, *Análise de Conteúdo*, dado o seu carácter didáctico e metodológico de cada fase da análise. Antes de se descrever o processo levado a cabo na temática levantada neste trabalho, convém referir a definição da autora para a análise de conteúdo:

*“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens*

*indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.”* (Bardin, 2009, p.44)

Com efeito, a análise de conteúdo estrutura-se em três grandes fases: a pré-análise; a exploração do material; e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação (Bardin, 2009, p.121).

### **Pré-análise:**

Na pré-análise, é definido como objectivo chegar à organização formal do material recolhido para ser possível a posterior fase heurística (Bardin, 2009, p.121-127). O presente estudo seguiu o método da análise de conteúdo respeitante à pré-análise, conforme indicado em *Análise de Conteúdo*:

*“Geralmente, esta primeira fase possui três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objectivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação”.* (Bardin, 2009, p.121)

Quanto à escolha de documentos para a elaboração de um *corpus* representativo da problemática desta dissertação, optou-se pela recolha de artigos de opinião jornalística, correspondente ao ano dois mil e nove, o ano imediatamente anterior à investigação agora levada a cabo. Para estabelecer o universo de documentos de análise, a pesquisa foi limitada a artigos de opinião de três jornais: dois diários generalistas e um quinzenário especializado em literatura e arte em geral, o *Público*, o *Diário de Notícias* e o *Jornal de Letras*, respectivamente. A escolha destes jornais foi orientada pelo objectivo e pelo tema da tese, propostos *a priori*, na medida em que são jornais que facultaram textos capazes de revelar a ideologia que se pretende identificar e caracterizar (Bardin, 2009, p.122).

Para além do mero texto jornalístico, a recolha de textos circunscreveu-se ao artigo de opinião. Na verdade, é nos artigos de opinião que se podem verificar as ideologias em acção. Quem escreve artigos de opinião terá sempre uma visão parcial da realidade pelo simples motivo de que se trata de uma opinião pessoal, reflectindo uma visão particular da promoção da língua portuguesa.



### **Regras para a constituição do corpus:**

Algumas regras da análise de conteúdo tiveram que ser seguidas para que a selecção de textos pudesse dar origem a um *corpus* rigoroso: a regra da exaustividade; a regra da representatividade; a regra da homogeneidade e a regra da pertinência (Bardin, 2009, pp.122-124).

A regra da exaustividade diz respeito à escolha de todos os textos que sejam passíveis de se incluir nos critérios estabelecidos anteriormente pelo objectivo e pelo tema da tese e pelos limites, neste caso, impostos pela amostragem dos três jornais do ano dois mil e nove.

A regra da representatividade pretende delimitar o que é significativo e o que é representativo do universo inicial. Para isso, pode recorrer-se a uma amostragem que represente o universo, desde que ela seja capaz de conter os elementos constitutivos do universo. Neste caso, optou-se por reduzir o universo a três jornais, sem que fosse necessário constituir uma amostragem a partir desse universo.

A regra da homogeneidade tem em vista a selecção de textos baseada na correspondência exacta entre o tema geral e os textos. Os textos não devem ser seleccionados fora dos critérios de escolha, sob pena de não se estabelecer um universo exacto e homogéneo que tenha que ver com o objectivo da análise de conteúdo (regra de pertinência).

Uma parte do trabalho preparatório da pré-análise consiste na elaboração de índices e indicadores que permitam fazer *falar* os textos. Deste modo, nos textos sobre a promoção da língua portuguesa, utilizaram-se os temas como índices das mensagens, o que correspondeu a ter como indicador a frequência dos temas. O uso dos temas como índices ficou a dever-se ao caminho traçado pelas hipóteses, permitindo, através dos indicadores, a sua confirmação ou a sua infirmação.

### **Codificação:**

Depois do estabelecimento dos indicadores, procedeu-se à codificação do material, segundo a definição dada por Laurence Bardin:

*“Tratar o material é codificá-lo. A codificação corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas – dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão; susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto (...)”* (Bardin, 2009, p.129)

Deste modo, a codificação, para conseguir a *representação do conteúdo*, vai reflectir três tipos de escolha:

- “ - O recorte: escolha das unidades;*
- a enumeração: escolha das regras de contagem;*
- a classificação e a agregação: escolha das categorias.”* (Bardin, 2009, p.129)

Assim que se delimita o âmbito temático da análise de conteúdo, é necessário saber o que seleccionar como unidade de significação de modo a que possa servir de modelo a todos os textos a analisar.

A unidade em questão é a unidade de registo (Bardin, 2009, p.130). Neste estudo, estabeleceu-se o tema como unidade de registo. Ainda que pudessem haver recortes mais curtos a partir de unidades de registo mais pequenas, nomeadamente a *palavra*, tal escolha não seria adequada a este trabalho, visto que o *tema* é mais do nível semântico do que o recorte meramente linguístico (a palavra ou a frase). O *tema* permite também esboçar melhor as linhas gerais da ideologia nacionalista. Ao valorizar o sentido dos enunciados em detrimento da sua forma linguística, uma análise baseada no tema – uma análise temática – favorece o encontro de *núcleos de sentido* que identificam, entre outros, ideologias, crenças, opiniões:

*“o tema enquanto unidade de registo, corresponde a uma regra de recorte (do sentido e não da forma) que não é fornecida uma vez por todas, visto que o recorte depende do nível de análise e não de manifestações formais reguladas.(...) o tema é geralmente utilizado como unidade de registo para estudar motivações de opiniões, de atitudes, de valores, de crenças, de tendências, etc.”*(Bardin, 2009, p.131)

Neste sentido, apenas uma análise baseada na unidade de registo *tema* se revela pertinente para o presente estudo visto que representa mais fielmente o conteúdo dos discursos sobre a promoção da língua portuguesa. Apoiando-se na análise temática, pôde-se mais facilmente proceder à categorização das unidades de registo, uma vez que

as categorias escolhidas para o trabalho foram elaboradas de acordo com critério semânticos e obedecendo a regras de enumeração (Bardin, 2009, pp.134-137).

Definir quais as regras de enumeração é tão prioritário como definir a unidade de registo. A contagem das unidades de registo foi feita a partir de um conjunto de regras que melhor se adequou à realidade desta análise. Serviram de regras para a contagem a presença, a frequência não ponderada e a direcção:

A presença implicou que se contassem todas as unidades de registo nos artigos. Todavia, a ausência de unidades de registo também não deixou de ser considerada, pois também possui uma leitura que foi alvo de interpretação.

A frequência não ponderada serviu de medida das unidades de registo, quer isto dizer que todas as unidades de registo pesaram o mesmo valor independentemente das categorias ou das concepções em que foram registadas (um valor para cada unidade de registo). Assim, quanto maior for a frequência de unidades de registo em certa categoria maior é a sua relevância.

A direcção consistiu em representar as unidades de registo numa perspectiva qualitativa, distinguindo-se das regras de enumeração quantitativas. Como se verá na descrição da grelha categorial, a conotação negativa e a conotação positiva das unidades de registo enriqueceu a interpretação dos resultados. Se, por um lado, a direcção é uma regra sujeita a um procedimento menos rígido do que a enumeração quantitativa, por outro uma tal regra é capaz de lidar com características textuais que favorecem um campo de inferências mais alargado.

Cumpridas todas estas fases, tornou-se possível a constituição de um *corpus*. No estudo sobre as ideologias na promoção da língua portuguesa, constituiu-se, então, um *corpus* de noventa e sete artigos de opinião, com base nas regras e nas técnicas de recolha acima descritas. O *corpus* é composto por vinte e quatro artigos do Público, trinta e nove artigos do Diário de Notícias e trinta e quatro artigos do Jornal de Letras.

### **Categorização:**

Após a elaboração do *corpus*, a categorização foi a etapa seguinte desta análise de conteúdo. Parta-se, então, para a descrição da operação, citando as definições de categorização e de categorias:

*“A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado em razão das características comuns destes elementos.”* (Bardin, 2009, p.145)

Sucintamente, pode-se dizer que a categorização consiste em agrupar e classificar as unidades de registo em categorias. Tendo em vista a taxionomia da categorização, aplicada ao material recolhido para a tese, optou-se por critérios semânticos que orientassem a codificação dos textos em categorias. Assim, o critério de categorização foi de ordem temática, significando que as categorias agruparam por temas as unidades de registo. Tratam-se, portanto, de categorias temáticas (Bardin, 2009, p.145).

Como o caminho da análise foi estabelecido antes da recolha do material textual, através da formulação de hipóteses, a categorização seguiu o rumo em que as categorias são estabelecidas *a-priori*:

*“(…) é fornecido o sistema de categorias e repartem-se da melhor maneira possível os elementos à medida que vão sendo encontrados. Este é o procedimento por “caixas” de que já falámos, aplicável no caso da organização do material decorrer directamente dos funcionamentos teóricos hipotéticos.”* (Bardin, 2009, p.147)

Apoiado no objectivo da tese – identificar as ideologias num determinado discurso, numa perspectiva de confirmação ou refutação das hipóteses que esboçam um caminho prévio para a análise de conteúdo – o procedimento por “caixas” apresentou-se como a consequência lógica do processo acima descrito. De facto, só assim se deu um seguimento à exploração das hipóteses: nesta análise, não se pretendeu categorizar as unidades de registo, seleccionadas a partir dos textos sobre a promoção da língua portuguesa, como uma catalogação empírica de todos os temas presentes nos textos, mas apenas aqueles temas que são relevantes para uma representação fidedigna e codificada do material recolhido (Bardin, 2009, p.147). Os tais temas são, portanto, aqueles que foram escolhidos como índices que servem para confirmar ou refutar as hipóteses.

Para que a análise categorial contribuisse clara e decisivamente no descortinar das ideologias no conjunto dos textos reunidos, seguiram-se os seguintes princípios

enunciados na obra que serviu de referência metodológica, *Análise de Conteúdo*: a exclusão mútua; a homogeneidade; a pertinência; a objectividade e a fidelidade; a produtividade (Bardin, 2009, pp.147-148).

O princípio da exclusão mútua fez com que cada unidade de registo, isto é, o tema, devesse pertencer apenas a uma categoria temática. Deste modo, elaboraram-se categorias temáticas de maneira a que não houvessem dúvidas relativas à classificação de cada unidade de registo, salvaguardando-se assim o rigor exigido da categorização.

O princípio da homogeneidade exigiu que a classificação do material fosse toda ela baseada num único processo de registo, sob pena de se incorrer em extrapolações que ficassem fora do alcance da análise. Assim, para que se cumprisse esta regra, trabalhou-se com as categorias e com as unidades de registo definidas.

A pertinência delimitou a objectividade das categorias; estas tiveram que estar adequadas quer às intenções do analista, a serem confirmadas ou refutadas nos textos recolhidos, quer à temática dos próprios textos.

As categorias elaboradas neste trabalho só foram pertinentes aos textos sobre a promoção da língua portuguesa e não a outro tipo de textos.

No que diz respeito ao princípio da objectividade e da fidelidade, pretendeu-se eliminar distorções causadas por uma possível subjectividade na escolha correcta das unidades de registo, a serem classificadas. Para que a escolha fosse precisa foi necessária uma especial atenção na definição das categorias assim como dos índices que decidiram a escolha desta ou daquela categoria para cada unidade de registo (Bardin, 2009, p.148).

O princípio da produtividade consistiu em ter como alvo os resultados das categorias. Quanto melhor o conjunto de categorias maior é a quantidade de resultados em índices de referências. (Bardin, 2009, p.148)

### **Categorias:**

Com efeito, partindo deste conjunto de princípios, convém agora expor e descrever as categorias criadas para a grelha de categorias, capaz de representar os dados recolhidos sobre a promoção da língua portuguesa.

No total, criaram-se vinte e três categorias. As categorias temáticas que procederam à classificação das unidades de registo foram as seguintes:

Instrumento; economia; religião; mar; nação; conhecimento; extinção; lusofonia; universalidade; democracia; emigração/diáspora; neologismos; acordo ortográfico; Conflito linguístico; mestiçagem; diálogo intercultural; Luís de Camões; Fernando Pessoa; liberdade; espaço/território; património; tecnologia; descobrimentos.

Neste trabalho, como já foi referido, a selecção das categorias foi induzida pelas hipóteses suscitadas pelo quadro teórico apresentado nos capítulos referentes ao contexto teórico. Na verdade, todas elas remetem para temas presentes nos discursos sobre a promoção da língua portuguesa. A fundamentação teórica subjacente às categorias está presente, portanto, na parte teórica do trabalho.

### **Grelha Categorial:**

Definidas quais as categorias temáticas utilizadas para fazer *falar* o texto, torna-se necessário descrever como é que elas foram aplicadas numa grelha categorial (cf. anexo 1). A operação da análise categorial propriamente dita só foi possível após a formulação da grelha categorial. Descrever-se-á, de seguida, esta fase.

A proposta da grelha categorial apresentada neste trabalho teve a sua pertinência graças ao enquadramento teórico e conceptual fornecido pela obra *Linguistic Imperialism*. Havendo a consciência de que tal grelha estará sempre sujeita a imperfeições, não houve, por esse motivo, a pretensão de considerá-la a única formulação correcta para abordar a problemática suscitada na tese. Todavia, a forma como são esquematizados os argumentos sobre a promoção da língua (no caso de *Linguistic Imperialism*, o inglês) foi extremamente útil para a organização dos argumentos sobre a promoção da língua portuguesa (Phillipson, 1992, p.271).

### **Concepções de língua:**

Como já foi dito anteriormente a propósito da elaboração de índices, o indicador principal das categorias temáticas foi a frequência das unidades de registo. No entanto, para completar a grelha e torná-la totalmente operacional, acrescentaram-se mais três

indicadores, procedendo-se desta maneira para que a interpretação dos textos fosse fiel aos propósitos da tese: confirmar ou infirmar as hipóteses levantadas no princípio. Deste modo, importa salientar, antes de mais, que as categorias temáticas não foram só avaliadas consoante a sua frequência em unidades de registo mas também em relação com diferentes concepções de língua. Nesta medida, todas as categorias remetem para concepções de língua anteriores ao uso dos falantes. O indicador em questão é, pois, o das diferentes concepções de língua que são expressas nos artigos de opinião. O mesmo indicador está organizado em quatro concepções distintas, apontando, no fundo, para quatro dimensões da língua portuguesa. Para melhor se compreender o mecanismo do indicador considere-se o seguinte: cada concepção representa uma determinada visão da *língua portuguesa*. Ora, as diferentes visões ou concepções da língua portuguesa articulam os discursos respectivos sobre a promoção da língua portuguesa de acordo com determinado tipo de argumentos. Quatro tipos de concepções de língua foram, então, estabelecidos: ser, ter, fazer e projectar.

As concepções ser, ter e fazer remetem directamente para o esquema conceptual apresentado por Robert Phillipson (Phillipson, 1992, pp.271-288). Embora descritas no contexto da promoção do inglês, o próprio autor esclarece que toda a análise do imperialismo linguístico é expansível a todas as línguas que são promovidas. É nesse sentido que se utilizou o modelo fornecido no capítulo nove da obra acima referida para o caso da língua portuguesa. Partindo da concepção ser, pode-se desde já caracterizá-la pelo tipo de argumentos expostos nos textos que atribuem características intrínsecas à língua. A formulação básica da concepção ser consiste em defender o que é que a língua *é*. De um modo geral, este tipo de concepção veicula um discurso que atribui à língua portuguesa um poder inato, de carácter divino. Trata-se de qualidades sempre positivas, inatas e exclusivas do idioma. A concepção do ser implica, portanto, que sejam atribuídas à língua qualidades que moldem uma identidade. A língua pode, assim, passar a ser *nobre, civilizadora, culta, universal*.

Relativamente à concepção ter, ela prende-se com o tipo de argumentos extrínsecos articulados nos discursos sobre a promoção da língua portuguesa. Aqui a estrutura dos argumentos consiste em enunciar o que é que a língua portuguesa *tem*, isto é, o que é que ela fornece em termos materiais e imateriais aos falantes e aos futuros falantes do português. No caso dos recursos materiais, toda a argumentação sujeita ao *ter* vai pressupor que a língua portuguesa fornece competências, capacidades e

conhecimento, e, no caso dos recursos materiais, dicionários, professores, riqueza, livros de leitura e tecnologia entre outros bens materiais.

Segundo os argumentos analisados do *corpus*, para além do que o português *é e tem*, o português também *faz*, isto é, o português também *dá acesso* a determinadas regalias que as outras línguas não permitem aceder. É neste campo de argumentação que se encontram os argumentos funcionais. Falar português dá acesso, então, à modernização das sociedades, à ciência, à tecnologia, à internacionalização, à comunicação entre os povos. Como se verifica facilmente nesta concepção, nos discursos sobre a promoção do português, a língua portuguesa é colocada inevitavelmente numa hierarquização onde aparece como a língua de poder por excelência.

Apesar do esquema das concepções fornecido por Phillipson funcionar plenamente para analisar o *corpus*, houve ainda a necessidade de se acrescentar uma outra concepção: projectar. Para que uma língua tenha legitimidade em ser promovida, por exemplo, a estrutura do poder recorre inevitavelmente à projecção de uma comunidade imaginada. Assim procede com o objectivo de gerar consenso em toda uma sociedade com as suas inevitáveis clivagens sociais (Phillipson, 1992, p.272). *Comunidades Imaginadas* surge, neste contexto, como a obra que assegura a fundamentação teórica desta concepção. Relativamente à projecção da comunidade imaginada, a concepção ser também o pode fazer, a diferença reside na relação que se estabelece com a comunidade imaginada. Na concepção ser, a língua portuguesa pode caracterizar-se por qualidades inatas derivadas da comunidade imaginada, pressupondo já a existência de tal comunidade no presente.

Os paradigmas das concepções ser, ter, fazer, projectar, ao reflectirem os poderes inato, material, funcional e identitário atribuídos à língua portuguesa nos artigos de opinião, têm, portanto, o papel de revelar a existência ou não de uma relação entre a promoção da língua portuguesa e a ideologia nacionalista. Tais concepções não poderiam deixar de estar contempladas na grelha categorial visto que elas englobam e definem todo o tipo de argumentos marcadamente subjectivistas e anteriores ao uso da língua no *corpus*.



### **Conotação positiva/negativa das unidades de registo:**

A par do indicador da frequência introduziu-se a descrição conotativa dos resultados numéricos das unidades de registo. A operação consiste simplesmente em precisar quantas unidades positivas (+) ou negativas (-) se contabilizam em cada categoria temática e em cada concepção de língua. Quer isto dizer que os resultados serão também interpretados consoante o valor positivo ou o valor negativo das unidades de registo. Além do mais, uma tal descrição permite dar conta da disparidade das posições ideológicas em relação a cada tema abordado nos artigos de opinião.

Assim, o que uns podem achar positivo em considerar a língua portuguesa uma língua *nobre*, outros podem achar que, assim se procedendo, não se promove a língua portuguesa e, portanto, a apreciação para a mesma categoria é, neste caso, negativa.

### **Temas directos/indirectos:**

Sabendo da dificuldade em lidar com enunciados que nem sempre expõem explicitamente o tema que abordam mas que, através de índices semânticos e do contexto em que ocorrem, apontam substancialmente para uma categoria temática, tornou-se evidente o recurso a um indicador que pudesse também evidenciar o que é explícito e o que o não é.

Completando a grelha categorial, juntou-se-lhe a distinção entre temas directos e temas indirectos.

Os temas directos são aqueles que têm uma relação directa com as categorias enquanto os temas indirectos admitem uma relação indirecta com as mesmas. Convém referir que, inicialmente, uma tal distinção não esteve prevista na grelha categorial, no entanto, não tomando em consideração o indicador *directo/indirecto*, o *corpus* é reduzido substancialmente, perdendo certamente um caminho rico em inferências que derivam do que é explícito e do que é implícito em cada categoria temática.

## **Inferência:**

Na análise de conteúdo, entende-se por inferência uma hermenêutica controlada (Bardin, 2009, p.163). Tratando-se sobretudo de averiguar as condições de produção dos textos, a análise de conteúdo terá que passar necessariamente por uma fase de interpretação dos dados (estruturados no *corpus*). Vários elementos, ou *pólos*, entram em jogo na análise de conteúdo. É sobre esses pólos que vai incidir a hermenêutica controlada pressuposta na análise de conteúdo (Bardin, 2009, p.163).

No conjunto de relações que se estabelecem entre os vários pólos da comunicação, todos os elementos que permitem a comunicação são possíveis *pólos de atracção* de uma interpretação. No conjunto de textos incorporados no *corpus* desta análise, o emissor, o receptor e o médium (o suporte material do código, o objecto técnico) não foram contemplados. O pólo de atracção foi apenas a mensagem e, dentro da mensagem, a significação e o código (Bardin, 2009, pp164-166).

## **5. ANÁLISE DE CONTEÚDO**

### **5.1. DESCRIÇÃO DOS RESULTADOS**

Após a elaboração da grelha categorial e a categorização das unidades de registo do *corpus* jornalístico, a conclusão da análise de conteúdo vai ser efectuada mediante dois processos: a descrição de resultados e a sua interpretação que confirmarão ou refutarão as hipóteses. Seguindo os critérios definidos na metodologia, a grelha categorial é constituída por vinte e três categorias cujas unidades de registo estão distribuídas por quatro concepções de língua anteriores ao seu uso. No que diz respeito à frequência de unidades de registo por cada categoria, sendo somados todos os valores das quatro concepções, pode-se desde já agrupar as categorias em três grupos distintos por ordem decrescente, havendo, contudo, a assinalar a excepção da categoria nação que, por ter o valor mais alto, está no topo de todos os grupos. Com efeito, os resultados estão organizados nos seguintes grupos:

- O primeiro grupo é constituído pelas categorias cuja frequência das unidades de registo varia entre as vinte e as quarenta unidades de registo, isto é, as categorias lusofonia, diálogo intercultural e universalismo;

- O segundo grupo é constituído pelas categorias cuja frequência das unidades de registo varia entre as dez e as vinte unidades de registo, isto é, as categorias extinção, economia, acordo ortográfico, conflito linguístico, espaço/território, património e descobrimentos;
- O terceiro grupo é constituído pelas categorias cuja frequência das unidades de registo varia entre as zero e as dez unidades de registo, isto é, as categorias instrumento, religião, mar, conhecimento, democracia, diáspora/emigração, neologismos, mestiçagem, Luís de Camões, Fernando Pessoa, liberdade e tecnologia;

A categoria nação, demarcando-se nitidamente de todas as outras categorias, será agora tratada isoladamente. Para a concepção ser, a categoria apresenta o valor de cinquenta e oito unidades de registo, no total das quais trinta e cinco unidades positivas e duas unidades negativas correspondem à relação directa entre a concepção e a categoria (+35, -2 / +20, -1). Quanto aos enunciados indirectos, registam-se vinte e uma unidades das quais vinte unidades de registo são positivas e uma é negativa. Deste modo, na categoria nação verifica-se uma predominância de unidades de registo positivas, isto é, unidades de registo positivamente conotadas, na concepção de língua ser anterior ao uso. Importante será ainda referir a diferença abrupta entre os valores positivos e os valores negativos dos enunciados directos e indirectos da concepção ser: trinta e duas unidades de registo para os enunciados directos e dezanove unidades para os enunciados indirectos. Acrescente-se ainda a diferença de quinze unidades entre a relação directa positiva e a relação indirecta positiva. Já as outras concepções da categoria nação apresentam resultados bem mais modestos.

A concepção ter, na categoria nação, teve apenas uma unidade de registo positiva tanto para o enunciado directo como para o enunciado indirecto (+1, -0 / +1, -0). Verifica-se a inexistência de unidades de registo com valores negativos para ambos os tipos de enunciado. Essa concepção é a que apresenta os resultados mais baixos.

Na concepção fazer os resultados são também modestos comparativamente com a concepção ser, registando-se seis unidades de registo no total, sendo que quatro são positivas directas e duas são negativas directas (+4, -2 / +0, -0). Quanto às unidades de registo indirectas não se efectuou qualquer registo de unidades.

A concepção projectar apresenta os mesmos resultados da concepção fazer – seis unidades de registo. As diferenças residem na ausência de resultados negativos em unidades de registo directas e indirectas e no registo de cinco unidades directas e de uma unidade indirecta positiva (+5, -0, +1, -0).

Relativamente ao primeiro grupo de categorias, isto é, ao grupo que apresenta os valores mais altos da grelha categorial, a categoria lusofonia é a que está no topo do grupo, apresentando no total das concepções trinta e três unidades de registo. A distribuição das unidades nessa categoria incide sobretudo nas concepções ser e projectar. Assim, na concepção ser, os resultados mostram a predominância de unidades positivas tanto directas como indirectas, sendo que as unidades positivas indirectas apresentam um valor de treze unidades enquanto as unidades positivas directas apresentam um valor de quatro unidades (+4, -1 / +13, -0). Ainda na concepção ser só se registou uma unidade negativa directa, não havendo qualquer unidade negativa indirecta. Deste modo, também na lusofonia é visível um domínio claro de valores positivos na concepção ser.

Verifica-se também na concepção ter resultados muito baixos para todo o tipo de unidades, seguindo a tendência da categoria nação: duas unidades de registo positivas distribuídas equitativamente (+1, -0/+1, -0)

Já na concepção fazer os resultados são ligeiramente mais altos do que a concepção ter, havendo o registo de cinco unidades, sendo três unidades positivas directas e duas unidades positivas indirectas, ao passo que não se registaram quaisquer unidades negativas (+3, -0 / +2, -0).

Na concepção projectar os resultados afiguram-se bem mais significativos do que nas concepções ter e fazer. No total, constata-se dezasseis unidades positivas, oito directas e oito indirectas, e duas unidades negativas, uma directa e outra indirecta (+8, -1 / +8, -1). Com efeito, a concepção projectar é a que apresenta mais unidades positivas de todas as concepções da categoria lusofonia, ainda que a diferença seja apenas de uma unidade de registo comparativamente com a concepção ser. Deve-se realçar, ainda, a diferença bem marcada entre o total das unidades positivas em todas as concepções (quarenta unidades de registo) e o respectivo total das unidades negativas, três unidades de registo. Além do mais, a lusofonia é, de entre todas as categorias da grelha, a que tem mais unidades na concepção projectar: dezoito unidades.

A seguir à lusofonia, a categoria universalismo é a que apresenta mais unidades de registo do primeiro grupo, com um total de trinta e duas unidades. Nesta categoria, a concepção projectar é a que mostra um maior número de unidades: dezassete unidades positivas das quais dez são directas e sete são indirectas, não havendo qualquer unidade negativa nessa concepção (+10, -0 / +7, -0).

Na concepção ser não se registou igualmente qualquer unidade negativa directa ou indirecta, mas antes sete unidades positivas directas e duas unidades positivas indirectas (+7, -0 / +2, -0). Seguindo a tendência da categoria lusofonia, o universalismo apresenta, assim, as concepções ser e projectar como as que mostram resultados mais positivos: vinte e seis unidades ao todo para as concepções ser e projectar enquanto as concepções ter e fazer reúnem seis unidades no total.

A concepção ter obteve, então, apenas duas unidades indirectas positivas na categoria universalismo, não ocorrendo qualquer registo de outras unidades (+0, -0 / +2, -0). Já com algumas diferenças da concepção ter, a concepção fazer não deixa de exhibir resultados muito mais fracos do que as concepções ser e projectar: duas unidades positivas directas, uma positiva indirecta e uma unidade negativa directa (+2, -1 / +1, -0).

Quanto à última categoria do grupo, diálogo intercultural, a sua distribuição é mais homogénea, apesar de não haver qualquer registo de unidades em toda a concepção ter (+0, -0 / +0, -0). Sete unidades positivas directas estão inscritas, então, na concepção ser, não havendo a presença de outras unidades na mesma concepção (+7, -0, / +0, -0). Na concepção fazer encontram-se dez unidades positivas: oito unidades positivas directas e duas unidades positivas indirectas (+8, -0 / +2, -0). Não há registo de unidades negativas nesta concepção.

Quanto à concepção projectar, estão registadas doze unidades, sendo que nove são positivas directas e três positivas indirectas (+9, -0 / +3, -0). Assim, as características mais fortes desta categoria serão, portanto, a ausência de unidades negativas em qualquer concepção e, comparativamente com as categorias do grupo ao qual pertence a presente categoria, a presença de dez unidades na concepção fazer, aproximadamente o dobro do valor das restantes categorias do primeiro grupo.

Com uma diferença de nove unidades do diálogo intercultural, a categoria extinção abre o segundo grupo com vinte unidades de registo no total das concepções, sendo pois a categoria com mais unidades do grupo. Ao contrário de todas as outras

categorias, a categoria extinção tem apenas unidades negativas, sendo a concepção projectar a que apresenta os maiores valores: três unidades negativas directas e onze unidades negativas indirectas, o maior número de unidades negativas de toda a grelha (+0, -3 / +0, -11).

A concepção fazer regista cinco unidades negativas – quatro negativas directas e uma negativa indirecta (+0, -4 / +0, -1) ao passo que a concepção ter apresenta apenas uma unidade negativa directa (+0, -1 / +0, -0). Não há qualquer registo de unidades na concepção fazer (+0, -0 / +0, -0).

Logo a seguir à extinção encontra-se a categoria economia com dezanove unidades ao todo, sendo também a concepção projectar a que revela mais unidades: dez unidades positivas directas e três unidades indirectas positivas (+10, -0 / +3, -0). A concepção fazer regista três unidades directas positivas. Nesta categoria as concepções fazer e projectar têm valores mais altos do que as restantes concepções ser e ter: uma unidade positiva directa na concepção ter (+1, -0 / +0, -0) e duas unidades na concepção ser – uma positiva directa e uma unidade negativa directa (+1, -1 / +0, -0).

Registando mais unidades na concepção projectar – catorze unidades –, a categoria acordo ortográfico perfaz um total de dezassete unidades. Das catorze unidades da concepção projectar, dez são negativas directas e quatro são positivas directas (+4, -10, / +0, -0). As outras concepções apresentam resultados nulos, no caso da concepção fazer (+0, -0 / +0, -0) ou apenas de uma unidade positiva directa, na concepção ter (+1, -0 / +0, -0). A concepção ser admite uma unidade negativa directa e uma unidade negativa indirecta (+0, -1 / +0, -1).

A categoria a registar o valor mais próximo da do acordo ortográfico é a categoria descobrimentos, com um total de catorze unidades somadas a partir de todas as concepções. Nesta categoria, a concepção ser é a que possui mais unidades registadas: cinco unidades positivas directas, uma unidade negativa directa e seis unidades positivas indirectas (+5, -1 / +6, -0). Na concepção ter não há qualquer registo (+0, -0 / +0, -0). Uma unidade negativa directa é o único resultado na concepção fazer (+0, -1 / +0, -0); uma unidade positiva indirecta é o resultado da concepção projectar (+0, -0 / +1, -0).

Tanto a categoria espaço/território como a categoria património apresentam o mesmo total de unidades de registo: doze unidades. Começando na do espaço/território constata-se a ausência de unidades negativas em todas as concepções. Na concepção ser

verifica-se cinco unidades positivas directas e quatro unidades positivas indirectas (+5, -0 / +4, -0) enquanto na concepção ter não há qualquer registo (+0, -0 / +0, -0). Já nas concepções fazer e projectar registam-se uma unidade positiva directa (+1, -0 / +0, -0) e duas unidades positivas directas (+2, -0 / +0, -0), respectivamente.

Curiosamente, a categoria património regista exactamente os mesmos valores para a concepção ser que a categoria espaço/território (+5, -0 / +4, -0). As concepções ter e fazer, como foi referido acima, não apresentam quaisquer resultados (+0, -0 / +0, -0). Três unidades positivas, uma directa e duas indirectas, completam a concepção projectar na categoria em análise (+1, -0 / +2, -0).

Encerrando o segundo grupo de categorias a categoria conflito linguístico soma um total de onze unidades cuja distribuição é a seguinte: duas unidades negativas directas, três unidades positivas indirectas e duas unidades negativas indirectas na concepção ser (+0, -2 / +3, -2). Nas concepções ter e fazer obteve-se uma unidade negativa directa para cada respectiva concepção (+0, -1 / +0, -0) e, na concepção projectar, duas unidades negativas directas (+0, -2 / +0, -0). A presente categoria é, deste modo, uma categoria de conotação negativa: oito unidades negativas para três unidades positivas no total.

No grupo que se delimita até às dez unidades de registo a tecnologia é a categoria que apresenta os resultados mais substanciais do grupo. Desde logo, é a categoria que possui entre todas as categorias da grelha (como não poderia deixar de o ser pelo seu campo semântico) o maior registo de unidades na concepção ter: quatro unidades positivas directas e uma unidade negativa directa (+4, -1 / +0, -0). Por contraste, não há qualquer unidade na concepção ser (+0, -0 / +0, -0) e apenas uma unidade positiva directa na concepção fazer (+1, -0 / +0, 0). Mesmo assim, há o registo de três unidades positivas directas na concepção projectar (+3, -0 / +0, -0).

A segunda categoria com maior número de unidades no terceiro grupo é a categoria instrumento. Nela a concepção ser é a que apresenta mais unidades de registo: três unidades positivas directas e uma unidade positiva indirecta (+3, -0 / +1, -0). As concepções ter fazer e projectar registam apenas uma unidade para cada uma delas: uma unidade negativa indirecta (+0, -0 / +0, -1), uma unidade positiva indirecta (+0, -0 / +1, -0) e uma unidade positiva directa (+1, -0 / +0, -0), respectivamente.

Todas as unidades são positivas na categoria liberdade. Sendo a concepção que significa que a língua dá acesso à liberdade, a concepção fazer, aquela que regista três

unidades positivas directas (+3, -0 / +0, -0), enquanto as outras concepções ser e ter têm apenas uma unidade positiva directa (+1, -0 / +0, -0). A concepção projectar regista somente uma unidade positiva indirecta (+0, -0 / +1, -0).

De referir também os fracos resultados da categoria emigração/diáspora, registando unidades apenas na concepção fazer – uma unidade positiva directa (+1, -0 / +0, -0) – e na concepção projectar – uma unidade positiva directa e duas unidades positivas indirectas (+1, -0 / +2, -0).

Convém, finalmente, focar uma particularidade das categorias religião, mar, neologismos e Luís de Camões: todas elas têm os campos vazios das unidades nas concepções ter, fazer e projectar. Juntamente com as categorias conhecimento e democracia, todas estas categorias são as únicas da grelha que não preenchem nenhuma das três concepções com unidades.

Quanto às categorias Fernando Pessoa e mestiçagem ambas deixam a concepção ter sem qualquer registo (+0, -0 / +0, -0). Na categoria Fernando Pessoa tanto a concepção ter como a concepção projectar não apresentam quaisquer resultados (+0, -0 / +0, -0), apenas se registando unidades na concepção ser – duas unidades positivas directas (+2, -0 / +0, -0) – e na concepção fazer – uma unidade negativa directa (+0, -1 / +0, -0).

A concepção mestiçagem regista, então, uma unidade positiva directa para a concepção ser (+1, -0 / +0, -0) e uma unidade positiva indirecta para as concepções fazer e projectar (+0, -0 / +1, -0).

Apreciando os resultados em sentido mais lato, pode-se constatar que, somadas as unidades de registo de todas as categorias as concepções ser e projectar são as que registam os resultados mais altos: cento e cinquenta e cinco unidades no total da concepção ser e cento e vinte e uma unidades no total da concepção projectar. As concepções ter e fazer são, portanto, as que mostram distintamente os resultados mais reduzidos de todas as concepções: dezasseis unidades no total das categorias na concepção ter e quarenta e uma unidades no total na concepção fazer.



## 5.2. INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS: CONFIRMAÇÃO OU REFUTAÇÃO DAS HIPÓTESES

Confirmar ou refutar as hipóteses levantadas nesta dissertação significa confirmar ou refutar processos ideológicos relacionados com a língua portuguesa. No capítulo referente à ideologia, enquanto conceito, ficou claro que não se tomará partido da conotação negativa que é atribuída à ideologia por via do marxismo, mas antes a via defendida em *Ideologia e Utopia* que valoriza o papel fundamental das ideologias na percepção simbólica da realidade e da sua interpretação, o que legitima a variedade de *pontos de vista*.

A primeira hipótese sugerida na dissertação – a presença de uma ideologia nacionalista dominante que se relaciona com a promoção da língua portuguesa – é confirmada pelos resultados obtidos na grelha categorial. Vários indicadores apontam para uma tal confirmação. A primeira evidência que leva à confirmação da primeira hipótese está nos resultados da categoria nação. É, de facto, a categoria que mais unidades registou em termos de argumentação ontológica. Na verdade, é raro o artigo de opinião do *corpus* que não sustenta os seus argumentos na construção ideológica da nação enquanto comunidade imaginada. A língua portuguesa surge sempre nos artigos como um factor de identidade nacional, servindo sempre o *interesse nacional*, ainda que possa servir outras nações em sentido mais lato (lusofonia). Há um consenso geral no que diz respeito à promoção da língua portuguesa apenas como tal, independentemente do que ela possa envolver em termos de recursos materiais ou imateriais, fazendo prova disso os valores extremamente baixos da concepção ter.

Também devido ao baixo resultado de unidades negativas em toda a categoria nação, se pode concluir que as opiniões críticas ao nacionalismo na promoção da língua portuguesa são muito raras, o que, mais uma vez, vem confirmar a primeira hipótese, com o acrescento de se tratar de uma ideologia praticamente consensual no espaço mediático. Deve-se ainda ampliar o consenso em torno do nacionalismo na promoção da língua portuguesa até ao universo dos falantes da comunidade imaginada que é, neste caso, a nação portuguesa. Nos artigos de opinião cujos temas incluem o de nação, os falantes são portugueses pela razão de falarem português (salvo os casos em que há a presença concomitante dos temas universalismo e lusofonia, sendo, então, os falantes de português denominados de *lusófonos*).

Assim, o que resume a confirmação da primeira hipótese será a característica particular da comunidade imaginada (*nação portuguesa*) em considerar a sua língua oficial como critério de nacionalidade e, por conseguinte, de identidade nacional.

Como se verá, acima de tudo, com a categoria lusofonia, não é só a categoria nação que suporta a ideologia nacionalista. Outras categorias suportam a ideologia dominante nos discursos sobre a promoção da língua. Uma delas prende-se evidentemente com a chamada *defesa* da língua portuguesa – a categoria extinção – que está em sintonia com a ideologia nacionalista uma vez que, relembrando a característica monoglota da ideologia em análise, faz depender da provável extinção da língua portuguesa o fim do estado e da única possível identidade dos falantes da língua oficial. Daí a sua liderança da projecção negativa na grelha categorial, saindo reforçada a característica primordial da ideologia nacionalista portuguesa em fazer da língua um critério imprescindível da identidade nacional.

No mesmo campo circundante da categoria extinção, encontra-se o debate em torno do acordo ortográfico, estando sempre implícita a extinção da língua portuguesa caso o acordo fosse posto em prática (confirma-se, na grelha categorial, os resultados entre a oposição directa ao acordo ortográfico na concepção projectar e a projecção negativa indirecta da categoria extinção).

A par das categorias extinção e acordo ortográfico, dá-se uma outra construção ideológica nacionalista, a de que a língua portuguesa se define pelo espaço onde ela é falada. Nesse sentido, os territórios dos estados são ideologicamente imaginados – espaços apenas linguísticos e autónomos das suas propriedades físicas.

Uma particularidade interessante nos resultados da grelha categorial está precisamente na concepção ser das categorias nação e lusofonia. Ainda que a categoria nação lidere os resultados nessa concepção, o ponto fulcral está na disputa entre a concepção ser e a concepção projectar da lusofonia. Ambas admitem o mesmo resultado (dezoito unidades), o que significa que há um conflito latente nos artigos de opinião que veiculam a maneira como é encarada a lusofonia. Resumidamente, a diferença entre a argumentação intrínseca (ser) e a argumentação que projecta a lusofonia reside na diferença ideológica entre os artigos que concebem a lusofonia como uma comunidade imaginada adquirida e aqueles artigos que ainda a perspectivam no futuro onde ela é projectada. Nesse sentido, a lusofonia, quando entendida no plano da concepção ser, assenta no plano ideológico da nação, significando isso que se efectiva já, em parte, a

comunidade imaginada lusofonia, nos discursos sobre a promoção da língua portuguesa. Ainda que a nação seja a comunidade imaginada indiscutivelmente predominante nos discursos sobre a promoção da língua portuguesa, a lusofonia também concorre, mesmo que timidamente, no espaço das comunidades imaginadas que se sustentam na língua portuguesa.

Desta forma, a segunda hipótese confirma-se também pelos resultados da grelha categorial. Regressando, então, à segunda hipótese – a necessidade de se projectar a lusofonia de maneira a legitimar a promoção da língua portuguesa – pode-se concluir que ela se confirma, na medida em que a lusofonia é a segunda categoria com mais unidades registadas (e a primeira dos três grupos de categorias) e, sobretudo, pelo motivo de não haver qualquer oposição consistente à comunidade imaginada em questão.

Relembrando a definição de comunidade imaginada de Anderson, a de que as comunidades imaginadas se definem, entre outros aspectos, pelo nivelamento horizontal dos conflitos sociais entre os indivíduos que se identificam com a comunidade imaginada, neste caso, os lusófonos, a lusofonia vem confirmar, portanto, o seu papel de plataforma imaginada. Ao ser projectada, a lusofonia consegue, segundo os resultados da grelha categorial, a legitimação da promoção da língua portuguesa para lá da esfera nacionalista, abrindo certamente caminho para a difusão da língua portuguesa nos territórios dos outros estados aos quais pertencem indivíduos que no plano nacionalista não podem omitir os seus conflitos inerentes à comunidade imaginada nação. No entanto, dados os fracos resultados nas concepções ter e fazer, comparativamente com as outras concepções da categoria lusofonia e na grande maioria das categorias, conclui-se que a temática da lusofonia nos discursos sobre a promoção da língua portuguesa pretende satisfazer unicamente as condições de produção da ideologia nacionalista portuguesa.

Ora, a consulta da tabela permite verificar que, as categorias do primeiro grupo que apresentam proximidade de valores e de semântica, universalismo e diálogo intercultural, mostram valores muito modestos nas concepções ter e fazer que, embora não deixem de ser concepções anteriores ao uso da língua pelos falantes, correspondem a recursos materiais que a língua portuguesa poderia ser responsável e agente, mas que pouca ou nenhuma importância assumem nos textos analisados.

É de salientar a propósito da categoria diálogo intercultural o facto desta ser uma das categorias do grupo com mais unidades registadas mas que, apesar de tudo, com a excepção de um artigo, não ocorrem quaisquer referências a línguas estrangeiras das ex-colónias quando é defendido o diálogo intercultural com os países de língua oficial portuguesa. São raros também os que apontam para um diálogo que problematize as línguas estrangeiras em contacto com a língua portuguesa quando ela é promovida. Tendo sido abandonado o discurso da mestiçagem, como se pode verificar pelos resultados da categoria, ainda não há espaço para as línguas e, por consequência, para a diversidade cultural dos outros países.

Pelos motivos acima descritos, a terceira hipótese é confirmada – a promoção da língua portuguesa é sustentada por uma ideologia nacionalista que omite as línguas das sociedades onde ela é promovida.

A confirmação da terceira hipótese deve igualmente ser encarada em contraste com outras categorias, nomeadamente uma parte das categorias que menos resultados tiveram.

Categorias aparentemente menos subjectivas, como a economia, ultrapassaram a importância, no âmbito da valorização dos campos semânticos, outras como a mestiçagem, como o mar, a religião e as categorias dos escritores Luís de Camões e Fernando Pessoa.

Apesar da categoria descobrimentos ser, neste aspecto, a excepção no que diz respeito à carga histórica e nacionalista da qual se conota habitualmente a língua portuguesa, se se atentar nos resultados da tabela, confirma-se o predomínio de categorias de campos semânticos ilusoriamente mais neutros. Trata-se de uma tentativa ilusória na medida em que, por exemplo, a economia ou o diálogo intercultural admitem valores praticamente nulos nas concepções que veiculam a língua portuguesa a recursos materiais. A economia e o diálogo intercultural admitem, sobretudo, uma relação com a língua portuguesa a partir de projecções no campo imaginário e, por esse motivo, ilusória. De notar, quanto a esse aspecto, o pouco que se espera da democracia e da liberdade quando relacionados com a língua portuguesa. E, mesmo no caso da tecnologia, a categoria com os resultados mais significativos na concepção ter (+ 4, -1 /+ 0, -0), os resultados ficaram muito aquém de um discurso que vingasse a afirmação das qualidades extrínsecas da língua portuguesa, mesmo que não tivesse em conta o uso da língua portuguesa pelos seus falantes.

## 6. CONCLUSÃO

Se há um dado que a análise de conteúdo revelou neste estudo e que não pode deixar de ser conclusivo, é o de que a promoção do português é consensual nas opiniões expressas nos artigos de jornais seleccionados. Porém, a repercussão social e a preocupação do que poderá ser o sentido da promoção do português em diversos territórios está totalmente ausente dos argumentos utilizados. A promoção do português, na maneira como é defendida nos artigos de opinião, revela claramente uma ideologia nacionalista que sustenta pelo discurso a coesão das comunidades imaginadas nação e lusofonia.

Com efeito, o que os resultados na grelha categorial mostram é que os jornais continuam a ter a função de manter o elo de ligação entre a comunidade imaginada – nação – e os seus leitores. A reflexão de Anderson relativa à importância do capitalismo de imprensa na criação da identidade nacional não poderia aqui ser mais pertinente e factual.

Os resultados também conduzem a interrogações que devem ser perspectivadas. São muito poucas as vozes que nos discursos sobre a promoção da língua portuguesa critiquem a ideologia nacionalista e proponham formas diferentes de se promover o português. Constata-se facilmente a ausência quase total de argumentos que prefigurem a língua portuguesa como um meio que faculte recursos materiais e imateriais. É claro que, se se relembra a problemática do imperialismo linguístico, tais argumentos são mais uma das formas de se efectuar a exploração imperialista sobre os falantes que não falam as línguas de poder.

Todavia, o que leva a concluir os resultados é igualmente a dificuldade (ou mesmo a impossibilidade) que representa discursar sobre falantes antes das suas línguas. Na verdade, o problema não está em falar português mas nas consequências nefastas criadas pela sociedade para quem não o fala. Porém, uma tal abordagem sociológica ultrapassa o campo da análise de conteúdo levada a cabo. Não se esqueça, contudo, que há um consenso em torno da promoção da língua portuguesa no plano discursivo, ou seja, não há referências no *corpus*, por exemplo, a problemas sociais causados pela promoção da língua portuguesa.

Assim, se a análise de conteúdo revelou através da grelha categorial o conteúdo manifesto nos discursos sobre a promoção da língua portuguesa, permitindo a confirmação das hipóteses, há que reconhecer certas limitações na sua hermenêutica controlada. Uma das suas limitações é valorizar, acima de tudo, a quantificação de unidades de registo e nela restringir a sua base interpretativa (Richardson, 2007, p.15). Outra restrição é considerar que os significados da mensagem são entendidos de igual maneira entre o emissor da mensagem e o seu receptor (Richardson, 2007, p.17). De facto, o papel do emissor na sociedade, isto é, o seu grau de autoridade para emitir opiniões, não é passível de ser examinado na análise de conteúdo (Richardson, 2007, p.21). No fundo, o que é impossível codificar são as condições do contexto em que são produzidos os discursos analisados. É por essa razão que uma análise do discurso, atenta aos aspectos pragmáticos da comunicação, será pertinente aos discursos sobre a promoção da língua portuguesa, agora que o seu conteúdo foi interpretado.

## 7. BIBLIOGRAFIA

Anderson, Benedict (2005), *Comunidades Imaginadas: Reflexões Sobre a Origem e a Expansão do Nacionalismo*, Lisboa, Edições 70.

Bardin, Laurence (2009) *Análise de Conteúdo*, Lisboa, Edições 70, LDA

Blommaert, Jan (2009), “Language Policy and National Identity”, in Ricento, Thomas (ed.), *An introduction to language policy: theory and method*, Hong Kong, Blackwell Publishing Ltd.

Blommaert, Jan e Verschueren, Jef (1998) “The Role of Languages in European Nationalist Ideologies”, in Schieffelin, Bambi B, Woolard, Kathryn A, Kroskrity, Paul V (ed.), *Language Ideologies: Practice and Theory*, New York, Oxford University Press.

Bourdieu, Pierre (1998), *O Que Falar Quer Dizer*, Viseu, Difel.

Calvet, Louis-Jean (2009), *Linguistique et Colonialisme*, Paris, Hachette Littératures.

Calvet Louis-Jean (2002), *La Guerre des Langues et Les Politiques Linguistiques*, Paris. Éditions Payot & Rivages.

Ducrot, Oswald e Schaeffer, Jean-Marie (2008), *Nouveau Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, Manchecourt, Seuil.

Foucault, Michel (1997), *A Ordem do Discurso*, Lisboa, Relógio d'Água editores.

Hobsbawm, Eric (1998), *A Questão do Nacionalismo – Nações e nacionalismo desde 1780*, Lisboa, Terramar.

Maingueneau, Dominique (1997), *Os Termos-Chave da Análise do Discurso*, Viseu, Gradiva.

Margarido, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas.

McLellan, David (1987), *Ideologia*, Lisboa, Estampa.

Pennycook, Alastair (2005), “Postmodernism in Language Policy” in Ricento, Thomas (ed.), *An introduction to language policy: theory and method*, Hong Kong, Blackwell Publishing Ltd.

Phillipson, Robert (2009) “Language Policy and Linguistic Imperialism”, in Ricento, Thomas (ed.), *An introduction to language policy: theory and method*, Hong Kong, Blackwell Publishing Ltd.

- Phillipson, Robert (1992), *Linguistic Imperialism*, Oxford, Oxford University Press.
- Ricento, Thomas (2009) *An introduction to language policy: theory and method*. Blackwell Publishing Ltd: Hong Kong.
- Richardson, John (2007), *Analysing Newspapers: an approach from critical discourse analysis*, London, Palgrave Macmillan.
- Ricoeur, Paul (1991), *Ideologia e Utopia*, Lisboa, Edições 70, LDA.
- Ricoeur, Paul (2009), “Linguagem como Discurso” in Ricoeur, Paul, *Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação*, Lisboa, Edições 70, LDA.
- Thiong'o, Ngugi Wa, (1987) *Decolonising the Mind*, London, James Currey Ltd.
- Wardhaugh, Ronald (1987), *Languages in Competition: dominance, diversity, and decline*, Oxford, Basil Blackwell.



## **ANEXOS**

## Anexo 1 – Grelha Categorical

Categorias	Concepções de língua anteriores ao uso							
	Ser		Ter		Fazer		Projectar	
	Directo	Indirecto	Directo	Indirecto	Directo	Indirecto	Directo	Indirecto
<b>Instrumento</b>	+3, -0	+1, -0	+0, -0	+0, -1	+0, -0	+1, -0	+1, -0	+0, -0
<b>Economia</b>	+1, -1	+0, -0	+1, -0	+0, -0	+3, -0	+0, -0	+10, -0	+3, -0
<b>Religião</b>	+1, -0	+2, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0
<b>Mar</b>	+3, -0	+1, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0
<b>Nação</b>	+35, -2	+20, -1	+1, -0	+1, -0	+4, -2	+0, -0	+5, -0	+1, -0
<b>Conhecimento</b>	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+1, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0
<b>Extinção</b>	+0, -4	+0, -1	+0, -1	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -3	+0, -11
<b>Lusofonia</b>	+4, -1	+13, -0	+1, -0	+1, -0	+3, -0	+2, -0	+8, -1	+8, -1
<b>Universalismo</b>	+7, -0	+2, -0	+0, -0	+2, -0	+2, -1	+1, -0	+10, -0	+7, -0
<b>Democracia</b>	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+2, -0	+0, -0	+0, -0
<b>Emigração/diáspora</b>	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+1, -0	+0, -0	+1, -0	+2, -0
<b>Neologismos</b>	+0, -2	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0
<b>Acordo Ortográfico</b>	+0, -1	+0, -1	+1, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+4, -10	+0, -0
<b>Conflito Linguístico</b>	+0, -2	+3, -2	+0, -1	+0, -0	+0, -1	+0, -0	+0, -2	+0, -0
<b>Mestiçagem</b>	+1, -0	+0, -0	+0, -0/	+0, -0	+0, -0	+1, -0	+0, -0	+1, -0
<b>Diálogo intercultural</b>	+7, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+8, -0	+2, -0	+9, -0	+3, -0
<b>Luís de Camões</b>	+0, -0	+1, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0
<b>Fernando Pessoa</b>	+2, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -1	+0, -0	+0, -0	+0, -0
<b>Liberdade</b>	+1, -0	+0, -0	+1, -0	+0, -0	+3, -0	+0, -0	+0, -0	+1, -0
<b>Espaço/território</b>	+5, -0	+4, -0	+0, -0	+0, -0	+1, -0	+0, -0	+2, -0	+0, -0
<b>Património</b>	+5, -0	+4, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -0	+1, -0	+2, -0
<b>Tecnologia</b>	+0, -0	+0, -0	+4, -1	+0, -0	+1, -0	+0, -0	+3, -0	+0, -0
<b>Descobrimentos</b>	+5, -1	+6, -0	+0, -0	+0, -0	+0, -1	+0, -0	+0, -0	+1, -0

**Anexo 2 – Tabela de frequência de unidades de registo no total das concepções  
(Corpus: jornais Público, Diário de Notícias, Jornal de Letras de 2009)**

<b>Categorias</b>	<b>Frequência de unidades de registo</b>
Instrumento	7
Economia	19
Religião	3
Mar	4
Nação	72
Conhecimento	1
Extinção	20
Lusofonia	33
Universalismo	32
Democracia	2
Emigração/diáspora	4
Neologismos	2
Acordo Ortográfico	17
Conflito Linguístico	11
Mestiçagem	3
Diálogo intercultural	29
Luís de Camões	1
Fernando Pessoa	3
Liberdade	6
Espaço/território	12
Património	12
Tecnologia	9
Descobrimientos	14

**Anexo 3 – Categorização de unidades de registo no total das concepções  
(Corpus: jornais Público, Diário de Notícias, Jornal de Letras de 2009)**

